

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
RENALDO RODRIGUES JUNIOR

**A MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO
SUPERIOR**

CURITIBA
2023

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
RENALDO RODRIGUES JUNIOR

**A MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO
SUPERIOR**

Dissertação apresentada no Programa
de Pós-Graduação *Stricto Sensu* –
Mestrado em Educação da Universidade
Tuiuti do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Josélia
Schwanka Salomé

CURITIBA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sidnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

R696 Rodrigues Junior, Renaldo.

A modalidade de ensino a distância e a democratização do ensino superior / Renaldo Rodrigues Junior; orientadora Prof.^a Dra. Josélia Schwanka Salomé.

75f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tuiuti do Paraná,
Curitiba, 2023

1. Políticas públicas na educação. 2. Educação a distância. 3. Democratização do ensino superior.
I. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós- Graduação em Educação / Mestrado em Educação. II. Título.

CDD - 379

TERMO DE APROVAÇÃO

RENALDO RODRIGUES JÚNIOR

A MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação na Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

COMISSÃO EXAMINADORA



Orientadora Professora Doutora Josélia Schwanka Salomé
Universidade Tuiuti do Paraná



Professora Doutora Maria Cristina Elias Esper Stival
SEED -
PR



Professor Doutor Fausto dos Santos Amaral Filho
Universidade Tuiuti do Paraná

Curitiba, 05 de dezembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Como somos feitos de um nada, do barro, daquilo que Deus nos criou lá no Jardim do Éden e nos faz a cada dia, moldando-nos diuturnamente. Começo o meu agradecimento à Ele, por permitir que eu possa ser um instrumento de Sua paz e para difundir o conhecimento.

Como não chegamos a lugar nenhum sozinho e nada fazemos desse modo, há uma lista preciosa de pessoas que me ajudaram nesse momento:

a) Minha família: minha esposa Juliana, companheira de tantas agonias e dificuldades, minha filha Bia por seu amor tão puro e cristalino, ao meu irmão Arthur e minha cunhada Melize, por serem uma preciosa rede de apoio e ao meu pai Renaldo, por me auxiliar e apoiar nesse momento. À minha mãe Zilma, da qual sou muito do que ela foi, guardo especial agradecimento, pois sei que ela estaria muito feliz com essa conquista;

b) Minha orientadora Profa. Dra. Josélia Schwanka Salomé: você foi muito mais do que uma transmissora de conhecimento: foi parceira, amiga e incentivadora. Como é bom ser seu orientando!

c) UNISEPE Educacional: agradeço, nas pessoas dos senhores Aderbal Alfredo Calderari Bernardes e Prof. Me. Eduardo Ogawa, pelo apoio e por acreditarem no meu trabalho e na possibilidade de se produzir um EaD de excelência. Agradeço ao Prof. MSc. Igor Lima por encorajar-me nessa carreira.

Por fim, agradeço aos meus mais verdadeiros mestres: meus tios Profs. José Faridi Filho e Ana Nilse Pontes Mussi, que me ensinaram o amor pela docência. Eles dedicaram a sua vida à docência de qualidade e são referências, não apenas para mim, mas para toda uma geração. A eles, minha eterna gratidão pelos ensinamentos, pelo exemplo de retidão e, pelo bem que fizeram e fazem pela educação em Eldorado/SP.

RESUMO

A presente dissertação é fruto da pesquisa que tem, como objetivo central, analisar a relação entre a educação a distância e a democratização do ensino superior, tomando por base a região paulista do Vale do Ribeira. Essa região é conhecida, por um lado por suas riquezas naturais, mas por outro, por seu baixo índice de desenvolvimento humano e pelas dificuldades acerca do ingresso ao ensino superior. A questão central nessa discussão é: como atender a qualidade do ensino oferecido pela EaD, conforme dados oficiais, como parte integrante do direito à educação, em especial para atender à parcela da sociedade que está à margem do acesso ao ensino superior, tendo como *locus* da pesquisa, a região acima citada. A pesquisa possui natureza qualitativa e está sendo construída com base em pesquisas bibliográficas, análise de documentos, legislações e verificação sobre questões históricas. No primeiro capítulo, analisamos os interesses que envolvem a EaD, verifica de que modo ela pode ser considerada como um direito social, a maneira como ela poderá agregar valores aos envolvidos e de que maneira ela pode auxiliar na democratização do ensino superior. Em sequência, no segundo capítulo, abordaremos a qualidade do ensino superior, considerando as nuances que envolvem a massificação, a mercantilização, o estabelecimento de políticas públicas e as avaliações procedidas pelo Ministério da Educação. Por fim, no terceiro capítulo, abordaremos a região paulista do Vale do Ribeira, suas condições sociais e culturais e o modo como a EaD pode contribuir para o avanço social dessa região. Diante do tema abordado, considera-se que é possível estabelecer melhorias na sociedade por intermédio da EaD e pelo modo como se desenvolve essa modalidade, considerando ser importante a atenção na qualidade e na contínua avaliação. Ponderando que o assunto está envolvido com questões complexas, avalia-se necessário o estabelecimento de ações concretas, sobretudo nas políticas públicas, para que a EaD auxilie no caminho da democratização do ensino superior.

Palavras-chave: Políticas Pública na Educação; Educação a Distância; Democratização do Ensino Superior

ABSTRACT

The present dissertation is the result of research that aims, as its central objective, to analyze the relationship between distance education and the democratization of higher education, based on the Paulista region of Vale do Ribeira. This region is known, on one hand for its natural wealth, but on the other, for its low human development index and the difficulties regarding access to higher education. The central question in this discussion is: how to address the quality of the education offered by distance learning as an integral part of the right to education, especially to serve the segment of society that is marginalized from access to higher education, with the locus of the research being the above-mentioned region. The research is of a qualitative nature and is being constructed based on bibliographic research, analysis of documents, legislations and verification on historical issues. In the first chapter, we analyze the interests involving distance education, check how it can be considered as a social right, the way it may add value to the involved parties, and how it can assist in the democratization of higher education. Following this, in the second chapter, we will address the quality of higher education, considering the nuances that involve massification, commodification, the establishment of public policies, and the evaluations carried out by the Ministry of Education. Finally, in the third chapter, we will address the Paulista region of Vale do Ribeira, its social and cultural conditions, and how distance learning can contribute to the social advancement of this region. Given the theme addressed, it is considered possible to establish social progress through distance education and the way it transmits knowledge, considering the focus on quality and continuous assessment to be fundamental. Given that the topic is involved with complex issues, it is considered necessary to establish concrete actions, especially in public policies, so that distance learning aids in the path towards the democratization of higher education.

Keywords: Public Policy in Education; Distance Education; Democratization of Higher Education

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Evasão Acadêmica	28
Tabela 02	Impactos da Evasão na EaD	28
Tabela 03	Sistema UAB e a qualidade de ensino	29
Tabela 04	Faixa de Idade dos Alunos que ingressam e concluem a EaD	35

TABELA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Elevação de Matrículas na EaD	31
Gráfico 02	Evolução do Número de IES no Brasil	38
Gráfico 03	Equipamentos Utilizados para Acesso à Internet	48
Gráfico 04	Panorama do Uso da Internet no País	57
Gráfico 05	Distribuição do Valor Adicional Bruto	78

LISTA DE SIGLAS

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

BM – Banco Mundial

CF – Constituição Federal

CGACGIES - Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior

DAES - Diretoria de Avaliação da Educação Superior

EaD – Ensino a Distância

FIES – Financiamento Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PROUNI – Programa Universidade para Todos

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

VAB - Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

RESUMO	06
1 INTRODUÇÃO	12
2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR – A QUEM INTERESSA?	16
2.1 A Educação a Distância como direito social	30
2.2 A EaD; modalidade agregadora	35
2.3 A democratização do Ensino Superior – em que a EaD pode ajudar?	45
3 O ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA E A QUALIDADE DE ENSINO	50
3.1 A qualidade do Ensino Superior à Distância e a massificação estrutural	53
3.2 O equívoco da mercantilização da EaD	56
3.3 A necessidade de políticas públicas voltadas à EaD	60
3.4 As avaliações <i>in loco</i> do Ministério da Educação e a Qualidade de Ensino	65
4 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO VALE DO RIBEIRA: DESAFIOS DE UMA GRANDE REGIÃO	71
4.1 A EaD como ferramenta de democratização do Ensino Superior no Vale do Ribeira	74
4.2 A realidade cultural e econômica do Vale do Ribeira	82
4.3 A realidade social do Vale do Ribeira: em que a EaD pode ajudar?	85
4.4 A EaD como ferramenta de avanço social no Vale do Ribeira	88
5 CONSIDERAÇÕES	91
REFERÊNCIAS	93

1. INTRODUÇÃO

A EaD no Ensino Superior tornou-se alvo de estudos para compreensão do modo pelo qual poderia ser aplicada no Brasil, compreendendo ser um modelo moderno de expansão da educação. Essa concepção contemporânea está atrelada ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente pela informática e pelo uso da internet.

O Censo do Ensino Superior, elaborado pelo Ministério da Educação, tomou por base o período entre 2010-2020. Nesse período, dos 3,7 milhões de ingressantes no ensino superior, 2 milhões se matricularam na modalidade ensino à distância conquanto 1,7 milhões ingressaram no ensino presencial. Essa aderência não significa, necessariamente, uma preferência a modalidade presencial.

Considera-se que o ensino a distância não é algo recente. Conforme mencionado por Araújo (2020, p.08), os primeiros cursos de datilografia por correspondência remete ao ano de 1904. A evolução e popularização da internet, juntamente com novas tecnologias de conexão, facilitaram a expansão do ensino superior nesta modalidade.

Dentre outros elementos, deve-se considerar, inclusive, aqueles que optam pela EaD diante da falta de condição de escolha, como é o caso do perfil da faixa etária do egresso à esta modalidade que, segundo o Censo acima referido, possui idade superior daquele que estuda no presencial.

O primeiro ensaio para criação da Universidade Aberta do Brasil foi ainda em 1972, antes mesmo da criação do grupo de estudos para estudo da educação aberta e a distância, fato este que veio se consolidar apenas no início dos idos anos de 1990, conforme indica Araújo (2020, p.10).

Antes disso, no Governo do Presidente José Sarney (15 março de 1985 – 15 de março de 1990), foi editada a Portaria Ministerial nº. 418 de 1988, que estabeleceu um grupo de trabalho para estudos, com a participação do Ministro interno Luiz Bandeira da Roxa Filho, Arnaldo Niskier, Terezinha Maria Abranches Felix Cardoso, Maria de Lourdes Marques Bittencourt, Anna Rosa Bogliolo de Siqueira, Jane Maria Fantinelli Tomasini, Inês Bettoni e Marly Gonet Mourão Branco. Ao final, foi entabulado um documento denominado “Por uma política nacional de educação aberta e a distância”.

Era necessário, dentre outras questões, saber exatamente a real demanda e necessidade, conhecer a metodologia mais adequada para estabelecer uma EaD num país com as características do Brasil, verificar qual seria a condição estrutural mais adequada para torna-la viável, especialmente visando a qualificação técnica dos professores e demais profissionais do ensino superior.

Contudo, esse estudo não foi levado adiante, tendo sido guardado na gaveta do esquecimento, da falta de continuidade dos estudos sobre políticas pública em educação, fato este que ainda nos faz sensivelmente defasados em políticas específicas para a EaD. Outra questão, não menos importante, é entender onde se pretende chegar com a modalidade de ensino a distância.

Uma das questões que cabe destacar diz respeito a influência que o Banco Mundial – BM exerce nas pautas relacionadas à educação. Sob o desconhecimento de uma significativa parcela da população, a educação é diuturnamente pautada por ações que envolvem o interesse do capital econômico, especialmente de entidades que possuem conceitos muito próprios do que é o melhor para educação. Nesse assunto, trataremos no capítulo seguinte sobre essa relação íntima entre a educação e o BM.

Mediante a essas compreensões, das quais consideramos serem importantes para a discussão acerca da educação à distância e o modo como ela democratiza o ensino superior, considera-se importante a apresentação dessa pesquisa.

Para tanto, trataremos no primeiro capítulo sobre a educação à distância, considerando-a como um foco de interesse das mais variadas ações, instituições e pessoas. Abordaremos a educação enquanto direito social previsto na Constituição Federal e o modo como a modalidade à distância pode agregar valores à difusão deste direito. Trataremos, ao final deste capítulo, uma forma pelo qual a EaD pode contribuir para a democratização do ensino superior no Brasil e de que modo ela pode ser uma ferramenta auxiliadora na propagação da formação no ensino superior.

No segundo capítulo, será abordado o tema da EaD e sua relação com a qualidade de ensino. Com o crescimento exponencial da modalidade, tornou-se necessário avaliar cuidadosamente a garantia da excelência educacional nesse contexto. A massificação estrutural da EaD pode gerar preocupações sobre a manutenção dos padrões de qualidade, visto que o aumento do acesso pode acarretar desafios relacionados ao acompanhamento individualizado dos estudantes, interação com os professores e recursos adequados para o aprendizado.

A implementação de políticas públicas direcionadas à EaD torna-se essencial para garantir a oferta de cursos de qualidade, promover a inclusão de segmentos menos privilegiados da sociedade e estabelecer mecanismos de controle e regulação efetivos. Por conseguinte, outra questão relevante é o papel das avaliações in loco do Ministério da Educação na garantia da qualidade de ensino na modalidade EaD. É fundamental que essas avaliações sejam rigorosas e abrangentes, considerando aspectos pedagógicos, tecnológicos e de infraestrutura, a fim de assegurar que as instituições de ensino estejam cumprindo os requisitos necessários para oferecer uma formação sólida e adequada aos estudantes.

Somente por meio de uma atuação conjunta entre instituições de ensino, órgãos reguladores e políticas governamentais comprometidas com a excelência acadêmica será possível enfrentar os desafios e garantir o crescimento sustentável da Educação Superior à Distância, fortalecendo, assim, o sistema educacional como um todo.

A guisa de informação, a região paulista do Vale do Ribeira, adotada como área de concentração das nossas análises, possui duas IES públicas, qual seja, a Universidade Estadual de São Paulo – UNESP e o Instituto Federal de São Paulo – IFESP, além de uma IES particular, que é o Centro Universitário do Vale do Ribeira – UNIVR. No que concerne à EaD, além da UNIVR, outras IES privadas possuem polos no Vale do Ribeira, tais como a UNICESUMAR, UNIASSELVI, FMU, UNISA, dentre outras.

No terceiro e último capítulo, abordaremos a Educação Superior no Vale do Ribeira, destacando os desafios enfrentados por essa vasta região. Nesse contexto, a EaD surge como uma ferramenta crucial para a democratização do ensino na área. Considerando a realidade cultural e econômica do Vale do Ribeira, a modalidade EaD apresenta-se como uma solução promissora para superar barreiras geográficas e socioeconômicas, ampliando o acesso à formação acadêmica em áreas onde o ensino presencial enfrenta dificuldades logísticas.

Além disso, a realidade social do Vale do Ribeira evidencia questões de desigualdade e falta de oportunidades educacionais, tornando a EaD uma aliada importante na promoção de inclusão social e avanço educacional na região. Ao possibilitar que estudantes tenham acesso ao ensino superior sem se afastar de suas comunidades e atividades cotidianas, a EaD oferece uma oportunidade significativa de desenvolvimento pessoal e profissional para os habitantes locais.

Portanto, ao considerar a Educação Superior no Vale do Ribeira, é crucial compreender o potencial da EaD como ferramenta para superar os desafios enfrentados pela região, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da comunidade local.

Pretende-se, por intermédio desta Pesquisa, compreender a EaD no processo de democratização do ensino superior, tomando, por base, uma parcela do cenário brasileiro localizada na região paulista do Vale do Ribeira. Nesse caminho, deve-se desenvolver as temáticas que se relacionam diretamente com o assunto maior deste projeto de pesquisa, aferindo as idiossincrasias do processo de instituição do Ensino Superior.

A problemática desta pesquisa é: de que modo atender a qualidade do ensino oferecido pela EaD como parte integrante do direito à educação, em especial para atender à parcela da sociedade que está à margem do acesso ao ensino superior na

região paulista do Vale do Ribera? Desse modo, considera-se como objetivo específico aferir o modo pelo qual a EaD pode ser uma porta para a democratização do ensino superior, tomando-se por base a região paulista do Vale do Ribeira.

Nesse caminho, cabe destacar que a qualidade aqui destacada é aquela que está intrinsecamente vinculada com as condições dos alunos para acesso envolvendo as condições logísticas. Outra questão, também importante, é a questão do acesso à educação, considerando-o como um direito social e o modo como a EaD pode contribuir nesse processo.

Quanto as pesquisas efetuadas sobre esta temática, verifica-se que há publicado, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de `Pessoal de Nível Superior - CAPES, 2415 dissertações e 791 teses sobre o assunto Educação a Distância. Por sua vez, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Tuiuti do Paraná, constam arquivadas 162 dissertações e nenhuma tese sobre o mesmo assunto. Nesse pesquisa, foram utilizadas as palavras-chave Educação a Distância, EaD e democratização do ensino superior.

2. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR – A QUEM INTERESSA?

Nesse primeiro capítulo, realizaremos uma reflexão fundamental sobre a Educação a Distância: a quem, de fato, interessa o desenvolvimento e expansão dessa modalidade de ensino? Também é importante compreender qual é o perfil do aluno que está mais propenso a considerar a EaD uma opção viável e interessante para ingressar no ensino superior.

O ensino superior é uma etapa importante no desenvolvimento acadêmico e profissional de uma pessoa e a EaD é uma modalidade que tem ganhado cada vez mais espaço no cenário educacional. No entanto, é necessário compreender qual é o perfil de aluno que está mais propenso a considerar viável e interessante o ingresso no ensino superior pela esta porta.

Moore e Kearsley consideram que

... a educação a distância significa que mais pessoas estão obtendo acesso mais facilmente a mais e melhores recursos de aprendizado do que podiam no passado, quando tinham de aceitar somente o que era oferecido localmente. (2011, p. 21)

Nesse caminho, algumas considerações parecem ser bastante pertinentes. Primeiramente, cabe destacar que a modalidade de ensino a distância, como o próprio nome já apresenta, vem para tornar viável o estudo para aquele que não possui condições de proceder o deslocamento necessário para adentrar a uma instituição de ensino superior na modalidade presencial.

A possibilidade de cursar uma graduação através da EaD é uma alternativa relevante, especialmente quando não há disponibilidade na região de uma Instituição de Ensino Superior – IES - que ofereça a graduação desejada. A análise das distâncias envolvidas neste cenário pode incluir a distância do aluno em relação à IES e a distância da graduação em relação ao aluno.

Essa dicotomia é importante pois não se pode apenas pensar no fato do aluno que está distante, fisicamente, da instituição de ensino superior de sua respectiva região.

Deve ser considerado, também, que nem todas as IES possuem uma gama de oferta de cursos que possa absoluta e suficientemente atender a todas as demandas. Nesse caso, é importante considerar que a EaD pode atender os alunos que desejam cursar determinadas graduações da qual as IES de sua respectiva região não tenham condições de atender.

Desse modo, a EaD desempenha um papel crucial para preencher essa lacuna, pois pode oferecer uma variedade maior de cursos, independentemente da localização

geográfica do aluno ou da instituição. Com a EaD, a limitação de escolha imposta pela localização deixa de ser um obstáculo, abrindo um mundo de possibilidades para os estudantes.

Além disso, a EaD pode ser uma solução eficiente para aqueles que possuem limitações de tempo ou logísticas, que tornam desafiador o acesso à educação presencial. Esses indivíduos podem se beneficiar do ritmo flexível de aprendizado que a EaD permite, conciliando suas responsabilidades pessoais e profissionais com seus objetivos educacionais.

A EaD, portanto, pode ser uma importante modalidade do acesso ao ensino superior, permitindo que mais pessoas alcancem seus objetivos educacionais e, conseqüentemente, melhorem suas perspectivas de vida.

Certamente, a utilização do termo democratização, ao referir-se à expansão da EaD, pode gerar interpretações diversas. O que buscamos ressaltar é o potencial de ampliar o acesso ao ensino superior para aqueles que, de outra forma, poderiam não ter essa oportunidade.

No entanto, a observa-se que é necessário discernir entre a democratização e massificação. Enquanto a primeira se refere ao acesso equitativo e inclusivo, a segunda pode implicar em expansão acelerada, muitas vezes em detrimento da qualidade. É imperativo, então, que a expansão da EaD ocorra de forma reflexiva, assegurando a manutenção de padrões de excelência e evitando a mera massificação que, de fato, pode não garantir o real desenvolvimento educacional dos alunos.

Vale destacar que, para que essa democratização seja efetiva, é fundamental que a qualidade do ensino oferecido na modalidade a distância seja equivalente àquela do ensino presencial, garantindo assim a formação sólida e abrangente dos alunos.

Outro contexto, que guarda tamanha importância, está na questão geográfica, partindo da premissa de que o aluno não possua condições de locomoção. Não é sensato, adequado ou razoável, considerar que este aluno não deva ter acesso ao ensino superior, se a EaD pode atendê-lo de modo eficaz.

O que é certo é que o único distanciamento que deve ser combatido, independentemente da modalidade da educação que se pretende utilizar é a da vontade de aprender e ensinar. Essa via de mão dupla não pode ser impedida, seja ao professor ou ao aluno.

Nesse caminho, o aprendiz virtual, tal como conceituado por Maia e Mattar (2007, p. 84), se insere ao Ambiente Virtual de Aprendizagem e é desafiado, mediante atividades síncronas e assíncronas, a se inserir ao processo de aprendizagem no seu tempo, mediante a sua organização e por intermédio dos recursos disponibilizados pela IES.

Ao longo da história, a educação tem sido vista como um meio de superar as barreiras sociais e econômicas, permitindo que as pessoas seu pleno potencial e desenvolvam habilidades valiosas para a vida.

A educação, em sua essência, visa ao desenvolvimento integral do indivíduo, proporcionando-lhe ferramentas para transcender barreiras sociais e econômicas. Contudo, é inegável que, em certos contextos, pode haver uma ênfase direcionada primordialmente às demandas do mercado de trabalho. São nesses casos em que a pedagogia deve equilibrar a formação técnica e profissional com a formação cidadã, crítica e humanística, garantindo que o educando não apenas atenda às demandas econômicas, por uma questão de subsistência, mas também se reconheça e atue como agente transformador em sua comunidade e sociedade.

A EaD pode ser uma solução para reduzir a desigualdade na educação. É importante lembrar que, quando se trata de educação, a vontade de aprender e ensinar deve ser uma prioridade da política pública, independentemente da modalidade escolhida.

Na trajetória da educação brasileira, observam-se contrastes significativos, resultantes das diversas realidades socioeconômicas e culturais do país. A EaD, ao propor uma alternativa de acesso, carrega consigo o desafio de não apenas expandir as fronteiras do ensino, mas também de assegurar qualidade e equidade.

Portanto, embora represente uma solução potencial para as desigualdades educacionais, é crucial que a implementação da EaD esteja alinhada a um projeto pedagógico robusto e a políticas públicas que considerem as especificidades e complexidades do cenário educacional brasileiro.

O desejo de aprender move a humanidade há séculos e é por isso que a educação é tão importante. Independentemente da modalidade utilizada, a educação é uma ferramenta poderosa para superar as barreiras e promover o desenvolvimento pessoal e coletivo. É por isso que devemos combater o distanciamento da vontade de aprender e ensinar, acima de tudo.

A um primeiro momento, a resposta pronta e formatada por aqueles que preferem analisar a EaD sob o critério quantitativo, é apresentar que essa modalidade de educação interessaria, de certo modo, ao BM e a sua política aplicada ao ensino superior.

Não se pode ignorar o fato de que este tema é tratado com bastante ênfase e dentro das políticas capitalistas que são inerentes a ele. Contudo, cabe destacar que o BM não é o único interessado em seu fomento, como trataremos mais a diante. Mas, não restam dúvidas, de que a sua influência na EaD é algo que não pode ser olvidado.

Fazendo uma digressão sobre a história do BM, sua origem se confunde justamente com o claro esforço que as nações capitalistas fizeram, após a Segunda Grande Guerra, para que a influência comunista fosse reduzida, especialmente aquela empregada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Desde a sua origem, o BM tem, como enfoque, conforme Leher (2019, p. 08) garantir uma estabilidade econômica aos Estados, mantendo um capitalismo adequado, seguro e com a lucratividade preservada.

As políticas de alívio à pobreza, implementadas pelo BM nos anos 1970, também tinham, como enfoque, os projetos de educação e saúde, ao passo que essas ideias deveriam ser aplicadas nos chamados estados em desenvolvimento¹.

Como forma de implementação das políticas neoliberais, já no final da década de 1990, as políticas de privatização do ensino superior tornaram-se uma temática significativa, mediante a concepção de que essa atividade faria com que o acesso à educação fosse democratizado.

A privatização do ensino superior, como mote importante do Banco Mundial, tomou um destaque importante por intermédio da publicação *“La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia”*, publicada em 1994. Como se pode verificar no excerto deste texto, o BM afirma que:

“Las instituciones privadas constituyen un elemento importante de algunos de los sistemas de enseñanza postsecundaria más eficaces que existen actualmente em el mundo em desarrollo. Pueden reaccionar em forma eficiente y flexible al cambio de la demanda, y amplían las oportunidades educacionales com o poco o ningún costo adicional para el Estado²”.

É certo que, na visão capitalista, principalmente sob o aspecto neoliberal, a EaD é considerada dentro do contexto de democratização do ensino, como relatado acima, mas também, como uma ação de empreendedorismo, considerando a visão de que a educação é uma ferramenta do mercado.

A democratização do ensino através da EaD é vista como uma oportunidade para ampliar o acesso à educação, principalmente para aqueles que, por motivos geográficos ou financeiros, não têm condições de frequentar uma instituição de ensino presencial.

¹ DA SILVA, Maria Abadía. Do projeto Político do Banco Mundial ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública Brasileira. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dezembro 2003. p. 286. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

² “As instituições privadas constituem um elemento importante de alguns dos sistemas de ensino superior mais eficientes que existem atualmente no mundo em desenvolvimento. Eles podem se relacionar de modo eficiente e flexível às mudanças de demandas e ampliam as oportunidades educacionais com pouco ou nenhum custo adicional ao Estado”.

É importante avaliar as motivações por trás da democratização do ensino através da EaD, de modo a para garantir que essa modalidade de ensino esteja realmente alinhada com os interesses da sociedade e não apenas com os interesses econômicos do mercado.

A orientação educacional do Banco Mundial, teoricamente, apresenta uma abordagem aparentemente isenta de questões relevantes. De acordo com o documento "*Proprieties and Strategies for Education*", publicado pelo BM em 1990, a estratégia apresentada parece estar orientada para objetivos positivos e inofensivos. Verifica-se, abaixo, a seguinte compreensão:

A educação é o maior instrumento para o desenvolvimento econômico e social. Ela é central na estratégia do Banco Mundial para ajudar os países a reduzir a pobreza e promover níveis de vida para o crescimento sustentável e investimento no povo. Essa dupla estratégia requer a promoção do uso produtivo do trabalho (o principal bem do pobre) e proporcionar serviços sociais básicos para o pobre. (*World Bank apud LEHER*, p. 25, 1999)

No entanto, a realidade é bem diferente. A atuação prática do Banco Mundial tem sido criticada por sua preocupação excessiva com o capital econômico pois, ao invés dele realmente investir na educação e na formação de pessoa, o Banco tem incentivado a precarização dos serviços educacionais.

Não há dúvida de que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico e social, mas o BM tem se mostrado mais interessado em proteger seus interesses financeiros ao invés de promover o bem-estar da população.

É preciso refletir se a verdadeira motivação do BM está na promoção da educação e avaliar se suas ações estão realmente alinhadas à promoção do bem-estar social. A educação deve ser vista como um direito de todos e não apenas como uma ferramenta para alcançar objetivos econômicos.

A promoção da educação, a redução da pobreza e o crescimento sustentável são metas governamentais comuns e isso independe às supostas boas intenções do BM. Contudo, é cediço que esse arroubo de boas intenções cessa a partir do momento em que as intromissões são constantes e dentro de vários aspectos básicos do Estado, do qual a educação é uma das áreas da qual o Banco concentra suas ações.

Nessa seara, cabe rememorar Hobsbawm³, que considera ser tarefa dos historiadores lembrar o que os outros esquecem. Ora, se o BM intervém com tanta ênfase no ensino, de modo geral, é pelo fato dos Estados carecerem, até de modo

³ HOBBSAWN, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. p. 86.

rotineiro, de recursos para financiamentos. Essa história se mantém há anos, sem qualquer esboço de melhora ou mudança.

Portanto, a análise histórica da educação e das políticas educacionais adotadas por instituições como o Banco Mundial nos permite não apenas entender os caminhos que foram percorridos, mas também projetar os passos futuros e evitar a repetição de erros anteriores. A história atua como uma bússola, orientando-nos no complexo terreno das políticas educacionais e sociais, fornecendo insights valiosos para a criação de estratégias mais eficazes e justas.

Além disso, ao reconhecer e analisar os padrões e tendências passadas, podemos compreender melhor os processos e fatores que moldam a educação atualmente. Este conhecimento nos capacita a enfrentar os desafios do presente com uma compreensão mais rica e aprofundada, permitindo-nos tomar decisões mais informadas e estratégicas.

Por isso, é crucial que os atores envolvidos na educação - sejam eles gestores, educadores, estudantes ou formuladores de políticas - reconheçam a importância da história e se comprometam a aprender com ela. O passado não deve ser esquecido, mas sim, lembrado e considerado como parte fundamental na construção de um futuro educacional mais equitativo e inclusivo.

Conhecendo o passado, podemos aprender com ele e evitar repetir os erros que foram cometidos, podendo, assim, investir em um futuro educacional mais promissor e inclusivo para todos.

A relação entre o BM e as ações relacionadas à educação é uma questão de grande importância e que merece ser analisada com cuidado. O BM, como uma instituição financeira internacional, tem o objetivo de fiscalizar o uso dos recursos financeiros emprestados aos países. Nessa toada, cria metas para algumas áreas governamentais, incluindo o setor da educação. No entanto, essa interferência pode ser questionável, uma vez que as decisões tomadas pelo Banco não necessariamente refletem as necessidades e prioridades do país em questão.

Além disso, o BM tem uma visão muito própria sobre o que é considerado como melhor para a educação e essa visão pode não ser alinhada aos interesses da população local.

O que podemos ver, neste processo, é uma conivência dos governos com as ações do BM, que acabam gastando sem pensar nas consequências a longo prazo. Em vez de fortalecer a soberania nacional, essa dependência dos empréstimos e das decisões do BM pode enfraquecê-la.

É preciso destacar que a educação é um direito social fundamental e não pode ser tratada como uma mercadoria a ser negociada. Portanto, é importante que os

governos sejam críticos em relação às políticas e ações do Banco Mundial, avaliando cuidadosamente se elas realmente atendem às necessidades da população e se são compatíveis com os princípios de uma educação de qualidade e inclusiva.

Desse ciclo vicioso, extrai-se da publicação *“La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia”*, que descreve ideias inaceitáveis, dentre elas, a de que o Estado não deve se ater na promoção do ensino público e gratuito e que o binômio ensino e pesquisa deveria ser dissociado, conforme afirma Leher (1999, p. 10).

Nesse quesito, é importante ressaltar que o ensino público, gratuito e de qualidade é de suma importância para a democratização da educação, assim como também é a pesquisa e o ensino.

Outra preocupação é que a EaD pode aprofundar as desigualdades sociais e educacionais. Isso porque a EaD requer acesso à tecnologia e a internet, o que pode excluir muitos estudantes que não possuem esses recursos em casa. Isso pode resultar em uma educação ainda mais elitizada e excludente, que beneficia apenas aqueles que já possuem privilégios socioeconômicos. É nesse ponto que, inclusive, urge a necessidade do estabelecimento de políticas públicas aplicáveis à EaD.

A democratização efetiva da educação, sobretudo na modalidade EaD, demanda uma infraestrutura digital acessível a todos. Reconhecendo as preocupações relacionadas às desigualdades socioeconômicas, é essencial considerar que, para que a EaD cumpra seu papel democratizador, a expansão do acesso digital deve ser tratada como prioridade. Assim, garantir que todos os cidadãos tenham acesso às ferramentas tecnológicas e à internet de qualidade deve ser considerado como um pré-requisito para que a educação a distância possa ser verdadeiramente inclusiva e responsiva. Somente com essa base estabelecida é que a EaD poderá, de fato, contribuir para uma educação que atenda às nuances da democracia, promovendo uma formação crítica e construtiva, sem acentuar desigualdades preexistentes.

Apenas à guisa de exemplificação, na cidade de Eldorado, situada no Vale do Ribeira, em São Paulo, a distância entre o Centro da cidade até o bairro Monte Alegre é de entorno de 51,3 quilômetros. Considerando que as IES presenciais disponíveis na região, ficam localizadas na cidade de Registro, essa distância será de 99,7 quilômetros, ou seja, algo em torno de 200 quilômetros para ir e retornar.

Voltando à temática do BM, a sua influência sobre a educação e a promoção da EaD, como uma alternativa econômica e viável, são problemáticas porque ignoram as complexidades da educação e das sociedades em que essas políticas são implementadas. A educação é muito mais do que apenas uma questão econômica e, também, considerar a promoção da EaD como uma solução universal para problemas educacionais é uma abordagem simplista e perigosa.

A influência do BM sobre a educação e a promoção da EaD como uma alternativa à educação presencial são preocupantes e requer uma análise crítica. É importante lembrar que a educação é um direito humano fundamental e deve ser garantida para todos, independentemente da sua capacidade de pagar por ela. É preciso buscar soluções que considerem o todo e que sejam inclusivas para os problemas educacionais, priorizando a qualidade da educação e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Também não deve ser esquecido que, se o Estado não possui dinheiro suficiente para os seus investimentos, isso também se deve à corrupção, ao aparelhamento estatal, a criação de inúmeros cargos e funções comissionadas e permanentes, que nem sempre são efetivamente necessárias. Se houvesse um mínimo de planejamento organizacional administrativo no setor público, muitos dos dispêndios ocorridos poderiam ser evitados.

Ademais, cabe enfatizar que um sistema eficaz de gestão de recursos poderia ser crucial para o uso mais lógico e produtivo do dinheiro público. Este sistema deve assegurar transparência, eficácia e responsabilidade na alocação e utilização dos recursos estatais.

Uma atenção especial deve ser dada à necessidade de se implementar mecanismos de controle interno e externo mais efetivos, com a finalidade de minimizar os impactos prejudiciais da corrupção e do desperdício de recursos. A participação social nestes processos é de extrema importância, pois é por meio do controle social que a população pode contribuir diretamente para a fiscalização e monitoramento do gasto público.

Também é essencial a construção de uma cultura organizacional no setor público que valorize o mérito, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. A profissionalização do serviço público, que envolve a valorização do servidor e a implementação de práticas de gestão modernas, pode contribuir significativamente para a melhoria da eficiência e eficácia do setor público.

Desta forma, uma melhor gestão dos recursos públicos não se limita a um aumento de recursos financeiros, mas a uma melhor organização, planejamento e controle desses recursos. Tais medidas poderiam resultar em maior eficácia na prestação de serviços públicos, além de aumentar a confiança da população nas instituições do Estado.

Contudo, embora façamos essa apresentação, apenas sob a guisa da informação e não há a intenção de se aprofundar nesse assunto, pois não é o enfoque que se pretende apresentar, é público e notório o interesse do BM para com a EaD por

estar, dentro das duas concepções apresentadas acima, enquadradas em suas áreas de interesse.

Ademais, o BM, por meio de suas políticas e estratégias educacionais, tem se mostrado fortemente comprometido com a expansão da educação a distância, inclusive como forma de fomentar o empreendedorismo. Dessa forma, é inegável a importância do BM para a evolução da EaD no cenário mundial.

Nessa esteira, cabe destacar que a visão que se pretende apresentar, ao fim e ao cabo desta presente obra, é aquela que está efetivamente enquadrada dentro dos atores principais da educação, que são os alunos e os professores.

Não se pode analisar a EaD considerando, como crítica, o interesse do BM, pois isso é muito vago. Se há um interesse, isso se deve aos pontos acima apresentados e porque o estado brasileiro é ineficiente em sua função de promoção do ensino superior, que aqui podemos incluir, inclusive, aquele ofertado na modalidade à distância.

Na seara científica e acadêmica, críticas rasas e vazias não devem ter vezes e voz. Não se pode analisar apenas pelo ângulo de uma janela a dimensão de um cenário que é bem mais amplo do que a míope visão de quem, de fato, não conhece a EaD desde suas entranhas. Se considerarmos os conteúdos, seja nos bancos de teses da CAPES ou dos artigos científicos disponibilizados na SCIELO, é considerável o volume daqueles que trazem a EaD como se essa modalidade tivesse apenas falhas, problemas e não tivesse, parafraseando Paulo Freire (1997, p. 67)⁴, boniteza alguma.

Refletindo sobre a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, ser gente significa ter o potencial de se tornar uma pessoa autônoma, capaz de agir de forma consciente e autônoma em sua vida. A boniteza de ser gente é uma condição essencial para a libertação humana, pois permite que as pessoas sejam sujeitos ativos da sua própria história e tenham a capacidade de transformar sua realidade.

Freire acredita que a educação é um processo de libertação que deve ser orientado para o desenvolvimento da consciência crítica e da autoria. A educação deve ser uma prática libertadora que permita aos indivíduos desenvolver sua capacidade de agir de forma autônoma e consciente. Para isso, é necessário que a educação seja uma prática dialogal que promova a reflexão crítica sobre a realidade, permitindo que as pessoas compreendam sua posição na sociedade e tenham a capacidade de mudar sua realidade.

A boniteza de ser gente, portanto, é uma condição fundamental para a educação libertadora e para o desenvolvimento da consciência crítica. É através da educação que

⁴ Paulo Freire nos fala, em Pedagogia da autonomia, seu último livro, da “boniteza de ser gente”

as pessoas podem se tornar sujeitos autônomos e responsáveis por sua própria história, tendo a capacidade de transformar sua realidade e alcançar a libertação.

Continuando na linha de pensamento do patrono da educação brasileira, Freire (2021, p. 35) considera ser:

.. próprio do pensar certa a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico.

Nessa esteira, cabe destacar que a EaD não deve ser abraçada por ser uma modalidade em que são utilizados recursos atuais e tampouco a modalidade presencial deve ser refutada considerando ser uma forma antiga, mas não antiquada, de ensino.

Em complemento, é importante entender que cada modalidade de ensino tem suas peculiaridades e potencialidades. A EaD, com sua flexibilidade e adaptabilidade, pode ser a escolha ideal para aqueles que têm dificuldades geográficas ou de horário para estudar. Seu uso estratégico das tecnologias modernas pode permitir uma experiência de aprendizagem personalizada e interativa.

Por outro lado, a educação presencial possui seus próprios méritos, proporcionando uma experiência de aprendizagem direta e a oportunidade para interações pessoais e sociais. As discussões em sala de aula, a orientação direta dos professores e a experiência prática oferecem vantagens que não podem ser subestimadas.

Em vez de classificar uma modalidade como superior à outra, é mais produtivo reconhecer que ambas têm um lugar valioso no cenário educacional. A escolha entre EaD e o ensino presencial deve ser feita com base nas necessidades e circunstâncias individuais do estudante, bem como na qualidade e na relevância do programa de estudos oferecido. Portanto, o foco deve estar na complementaridade dessas modalidades e na maneira como elas podem colaborar para oferecer uma educação mais abrangente e acessível.

É importante enfatizar que tanto a EaD quanto a educação presencial têm suas vantagens e desafios e ambas devem ser consideradas em um cenário educacional moderno e inclusivo.

A EaD tem a vantagem de oferecer mais flexibilidade, permitindo com que os alunos estudem em seus próprios horários e ritmos, além de atender uma demanda crescente por educação a distância em um mundo cada vez mais conectado digitalmente.

Por outro lado, a educação presencial oferece uma experiência de aprendizado mais interativa e social, permitindo com que os alunos se envolvam em discussões em tempo real e participem de atividades em grupo.

Portanto, não devemos descartar nenhuma dessas modalidades de ensino simplesmente por serem mais novas ou mais antigas, mas por considerar suas vantagens e desvantagens e escolher a modalidade mais adequada para as necessidades individuais de cada aluno.

Quando indagamos a quem interessa a EaD, podemos inclusive refletir no antagonismo desta mesma indagação: a quem não interessa a EaD? Para chegar à conclusão de que ela não é interessante, é preciso conhecer perfeitamente do que está sendo tratado, todas as suas nuances, sobretudo porque já estabelecemos, desde já, que a comparação entre modalidades, com a sobreposição entre elas, é inadequada.

É bem verdade que a EaD padece de problemas e um deles, ainda não citado, é a evasão, embora o último censo tenha demonstrado uma crescente no quantitativo de concluintes, passando a 31,3% em 2020, conforme indicado pelo Censo da Educação Superior 2020. Não há dúvidas que, considerando que a média de conclusão do ensino presencial é de 68,7%, o percentual de evasão ainda é alto na modalidade à distância.

Com relação a questão da evasão, é importante destacar que é um problema persistente na modalidade de ensino à distância. Mesmo com a crescente quantidade de concluintes, a evasão ainda é uma preocupação relevante, que precisa ser analisada e resolvida para garantir a qualidade e efetividade da educação à distância. É preciso considerar as razões da evasão, para que possam ser identificadas as soluções adequadas para reduzir esse número e aumentar a taxa de conclusão na EaD.

Diante de uma sociedade tecnologizada, como assevera Brito e Purificação (2015, p. 22), pensar numa educação dissociada das novas tecnologias de informação e comunicação é algo absolutamente improvável.

Nesse sentido, as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) transformaram a maneira como interagimos e aprendemos. Elas oferecem oportunidades educacionais inéditas, abrindo caminhos para uma aprendizagem mais flexível, personalizada e acessível.

Não se trata apenas de usar a tecnologia como uma ferramenta de ensino, mas de integrá-la efetivamente aos processos de aprendizagem. Isso significa que precisamos pensar em como as TICs podem ser utilizadas para aprimorar a interação e o engajamento dos estudantes, para facilitar o acesso a recursos de aprendizagem, para personalizar o ensino de acordo com as necessidades e habilidades individuais

dos alunos e para avaliar o progresso dos estudantes de maneira mais precisa e oportuna.

Também é importante ressaltar que, ao incorporar as TICs na educação, devemos considerar questões de acesso e equidade. Embora as tecnologias possam expandir as oportunidades educacionais, elas também podem aprofundar as desigualdades existentes se todos os alunos não tiverem acesso igual a essas tecnologias e às habilidades necessárias para usá-las efetivamente.

Portanto, enquanto navegamos neste novo cenário educacional impulsionado pela tecnologia, precisamos manter um compromisso firme com a educação equitativa e inclusiva, garantindo que todas as pessoas, independentemente de sua situação econômica, localização geográfica, habilidades ou necessidades, possam se beneficiar das oportunidades que as TICs proporcionam.

Em sala de aula, os recursos audiovisuais foram se aprimorando ao longo do tempo. O que antes era apresentado por intermédio de um retroprojetor, hoje pode ser feito por intermédio de lousas interativas e de projetores de alta resolução. Esse é o modo pelo qual os professores, nos tempos atuais, podem aplicar suas aulas presenciais e, inclusive, são recursos que podem ser aplicados as aulas ou *lives* utilizadas na EaD, diante dos recursos existentes para a sua aplicação.

Os hábitos são gradativamente mudados, com o passar do tempo. Especialmente, nestes tempos de hiper conectividade, em que temos um mundo na palma das mãos, somos inclinados a simplificar processos, de modo a fazer com que eles se tornem mais eficientes.

Especialmente quando tratamos de educação, não são poucas as iniciativas de otimização do processo de aprendizagem e que, se forem somadas as iniciativas como aquelas aplicadas pela EaD, poderão contribuir ainda mais para que o ensino superior possa alcançar aqueles que desejam cursar uma graduação em ensino superior.

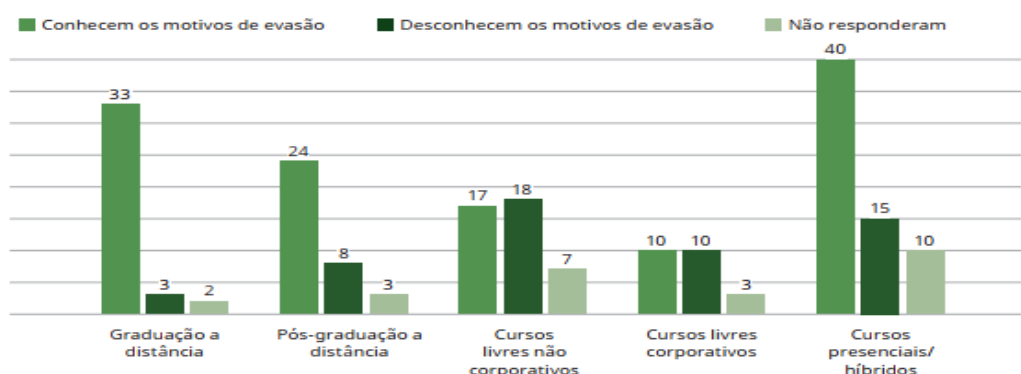
Quando tratamos da inserção da EaD no ensino superior, não estamos a considerar que se trata de uma nova modalidade e tampouco é uma inovação pois, por si só, a EaD não é nenhuma novidade, tal como já tratamos anteriormente.

Também não é prudente pensar numa modalidade em detrimento à outra, pois a adesão a cada uma delas não está apenas no crivo da preferência ou preterência, mas sim, na viabilidade ou inviabilidade, de cada uma delas, ao aluno e até ao professor que, por uma alguma razão, pode não ter condições de proferir suas cátedras em uma sala de aula e tenha, aí sim, como preferência, a modalidade à distância.

Um ponto que merece destaque é a questão da evasão na EaD, que ainda é considerável. A primeira questão que deve ser tratada é quais os cursos que sofrem com

a incidência da evasão. Conforme o gráfico abaixo, pode-se aferir a algumas informações sobre a evasão:

Tabela 01: Evasão Acadêmica

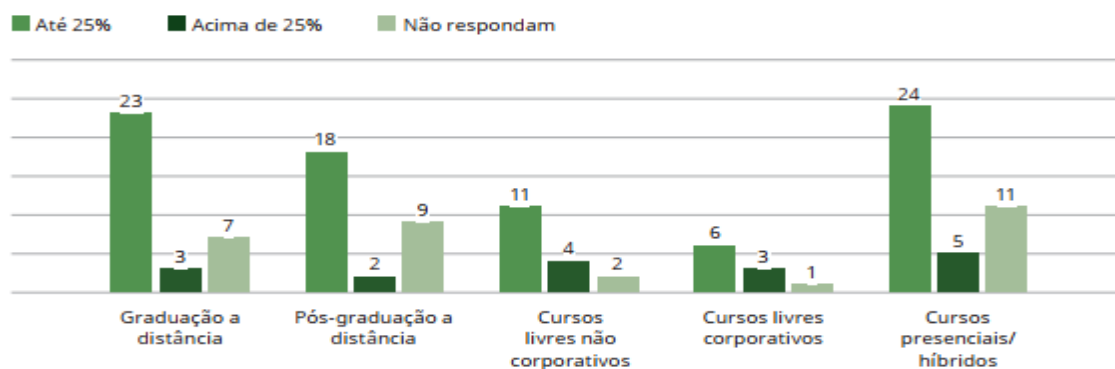


Fonte: Censo.br⁵

Como se denota no gráfico acima, A evasão educacional tem se apresentado de forma similar em diferentes segmentos, com uma particularidade recente: pela primeira vez, os cursos presenciais apresentam taxas de evasão superiores aos cursos a distância no âmbito da graduação. Esta mudança está intrinsecamente ligada aos impactos da pandemia de covid-19, que levou a uma súbita transição para o ensino remoto.

Também é importante considerar quais são os cursos EaD que mais são impactados pela evasão:

Tabela 02: Impactos da Evasão na EaD



Fonte: Censo.br⁶

As IES devem se preocupar com a evasão estudantil, devendo aplicar iniciativas e programas para corrigir essa questão. Nota-se que há um extenso trajeto a ser trilhado

⁵ Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2020 = Censo EAD.BR: Analytic Report of Distance Learning in Brazil 2020 [livro eletrônico]/[organização ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância; tradução Camila Rosa]. Curitiba, PR: InterSaberes, 2022. p. 98.

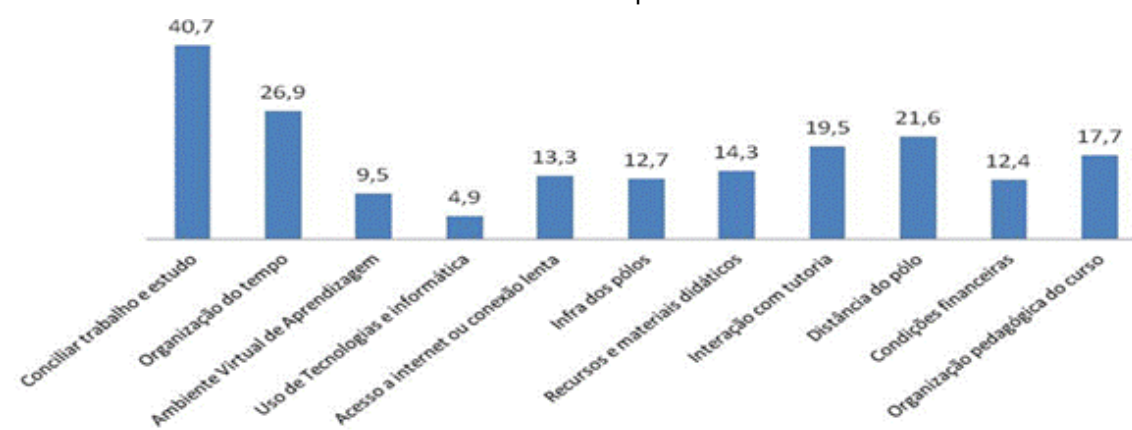
⁶ *Idem. Ibidem.*

no aprimoramento e expansão dos trabalhos para evitar a evasão, para assegurar uma jornada acadêmica estável e contínua para o estudante.

Nesse contexto, é fundamental que as IES reconheçam os diversos fatores que contribuem para a evasão, sejam eles financeiros, pedagógicos ou socioemocionais. A adoção de metodologias inovadoras, o suporte psicopedagógico, bem como a criação de programas de bolsas e financiamentos, são ações cruciais neste percurso. Além disso, é essencial estabelecer um canal de comunicação efetivo com os alunos, permitindo identificar suas necessidades e expectativas.

A Universidade Aberta do Brasil – UAB, em 2017, realizou-se um estudo em âmbito nacional para entender melhor a visão dos estudantes acerca da qualidade dos cursos e suas expectativas em relação ao Sistema UAB. A partir dos resultados coletados, procedeu-se a uma avaliação das informações referentes à evasão e às razões por trás dela, de acordo com os depoimentos e categorização fornecidos pelos alunos.

Tabela 03: Sistema UAB e a qualidade de ensino



Fonte: UAB⁷

Desse modo, cabe destacar que a EaD, no ensino superior, é uma modalidade que tem o potencial de democratizar o acesso à educação, beneficiando indivíduos que enfrentam limitações geográficas, temporais e logísticas. Para tanto, é importante que ela seja respaldada por políticas públicas, projetos pedagógicos que atendam as especificidades, do curso e da região, além de uma visão educacional que transcenda a perspectiva puramente econômica.

⁷ UAB. Boletim Informativo dos Resultados da Pesquisa com os Estudantes do Sistema UAB (2017). Disponível em <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/12012018-Boletim-Informativo-dos-Resultados-Pesquisa-Estudantes-UaB.pptx>>. Acesso em 03 out. 2023.

2.1 A educação a distância como direito social

O acesso à educação é notadamente um direito fundamental, previsto em diversos documentos internacionais, como é o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006. Neles, podemos constatar a importância que a educação possui, considerando-o como um importante instrumento de desenvolvimento social e humano, devendo ser promovido sem qualquer tipo de dissociação ou discriminação.

Ademais, a garantia do acesso à educação é importante para o desenvolvimento econômico e social de um país, já que permite à população adquirir conhecimentos e habilidades para atuar de forma efetiva no mercado de trabalho e participar ativamente da vida política e social.

A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 6º, que a educação é um direito social, juntamente com a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

O Estado tem o dever de garantir esse direito, através de políticas públicas que visem a universalização do acesso à educação, bem como a qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação.

Nesse caminho, considerando que a educação não pode ser um privilégio de poucos, mas um direito de todos, é necessário pensar de que modo esse direito pode ser acessível, considerando as novas tecnologias de informação e comunicação.

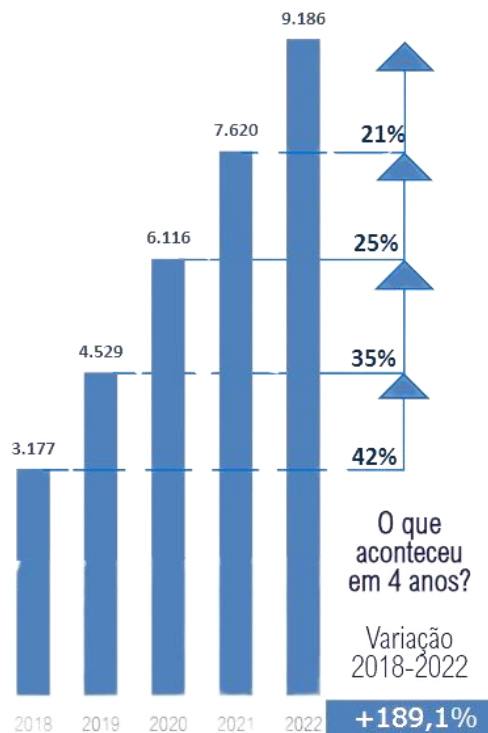
A educação é uma ferramenta fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Não há dúvidas de que, por ser um direito social, previsto na Constituição Federal, ele deve ser acessível a todos. Contudo, a realidade é outra. Ainda existe uma parcela significativa da população que não tem acesso à educação de qualidade, o que prejudica sua formação e sua inserção na sociedade.

Diante desse cenário, é necessário pensar em soluções para democratizar o acesso à educação. As novas tecnologias de informação e comunicação, como a internet, podem ser grandes aliadas nesse processo.

A EaD é uma modalidade que tem ganhado cada vez mais aderência e pode ser uma forma de democratizar o ensino superior, oferecendo acesso a uma educação de qualidade a um público que antes ficava à margem desse direito.

Conforme podemos denotar, o Censo do Ensino Superior de 2022, afirma que a crescente da EaD, entre os períodos de 2018 a 2022, representou uma elevação nas matrículas sob a ordem de 189,1%:

Gráfico 01: Elevação de Matrículas na EaD

Fonte: INEP⁸

Mas, é preciso garantir a qualidade da EaD, evitando a sua mercantilização e garantindo o acesso a um ensino de qualidade. É necessário, portanto, uma reflexão sobre o papel das instituições de ensino superior privadas na difusão da educação à distância e sobre a responsabilidade de garantir a qualidade do ensino.

A oferta de cursos é algo que deve ser considerado, inclusive nas IES públicas. No caso da região paulista do Vale do Ribeira, a UNESP atualmente oferta apenas dois cursos: engenharia agrônômica e engenharia de pesca. O IFESP de Registro também disponibiliza dois cursos de ensino superior: engenharia de produção e a licenciatura em física.

A EaD se apresenta como uma modalidade importante para democratizar o acesso à educação superior, mas é necessário pensar de forma crítica sobre o seu papel e garantir a qualidade do ensino. Ela surge, no ensino superior, como um modo de garantir o direito à educação, possibilitando o acesso aos cursos de graduação e pós-graduação a pessoas que, por uma série de dificuldades, não teriam condições de acessar o ensino superior na modalidade presencial.

⁸ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023

Se considerarmos, por exemplo, aqueles que possuam dificuldades por viverem em regiões distantes das instituições de ensino superior ou que vivam em grandes centros, mas que estejam impossibilitados, seja pelo deslocamento ou pela inviabilidade de tempo, não possam acessar às graduações presenciais. Soma-se, também, aqueles que, por alguma limitação física ou dificuldade de mobilidade, estejam inviabilizados de adentrar-se a uma sala de aula presencial.

A flexibilidade de tempo e espaço possibilita que o aluno da EaD concilie o trabalho, os estudos e, até mesmo, com o cumprimento de penas de prisão. Essa flexibilidade se torna cada vez mais importante, diante de certas idiossincrasias, característica de um mundo, seja dinâmico, atribulado ou limitado, permite ao aluno cursar uma graduação, não sendo impedido por certas variáveis, como o tempo e a distância.

Cabe destacar, contudo, que o estabelecimento de uma graduação à distância não pode ser considerado como o único ou mais importante modo de democratização da educação, pois não basta se preocupar apenas e tão somente com a oferta, mas é necessário pensar na qualidade daquilo que é ofertado.

É importante, inclusive, não apenas aumentar a acessibilidade à educação, mas também garantir a oferta de um ensino de qualidade. A mera expansão das oportunidades de aprendizado não é suficiente se não for acompanhada de esforços para manter e melhorar a qualidade da educação.

Em relação à EaD, por exemplo, é necessário que sejam oferecidos suporte adequado aos alunos, incluindo materiais didáticos de alta qualidade, interação eficaz com os professores e com os colegas, além de avaliações rigorosas para garantir o progresso dos estudantes. Além disso, a infraestrutura tecnológica necessária para a EaD deve ser robusta e confiável, para evitar problemas técnicos que possam prejudicar o processo de aprendizagem.

É necessário também que haja um compromisso sério com a formação contínua dos professores que atuam na modalidade EaD. Eles precisam ser capacitados não apenas nos conteúdos que ministram, mas também nas metodologias específicas do ensino a distância.

Portanto, é importante reforçar que a democratização da educação não se restringe ao aumento da oferta de cursos ou modalidades de ensino, mas engloba a garantia de um ensino de qualidade que possibilite o desenvolvimento integral dos estudantes. A verdadeira democratização da educação envolve tornar o ensino superior acessível a todos, mas também garantir que ele seja eficaz, relevante e de alta qualidade.

Outra questão, não menos importante, é a seguinte: até o presente momento, qual foi a política de governo, efetivada e implementada, para a difusão da EaD? Em que momento o Estado investiu em políticas públicas voltadas para a EaD, para capacitação dos professores, para capacitação quanto as infraestruturas adotadas para os ambientes virtuais de aprendizagem disponíveis e, principalmente, para garantir o acesso à internet e aos equipamentos necessários para que, professores e alunos, possam desenvolver suas atividades com eficiência? A resposta, negativa por certo, nos faz pensar no tempo que se perdeu até o presente momento.

Não se deve considerar, por certo, as políticas implementadas para o ingresso ao ensino presencial, como é o caso dos programas de bolsas desenvolvidos pelo Governo Federal, como o ProUni, que não foram criadas para a EaD e são aplicadas, de modo adaptado.

Não há dúvidas de que as políticas públicas têm um papel fundamental na difusão e consolidação da EaD no país. Entretanto, infelizmente, até o presente momento, não há uma ação efetiva, por parte do Estado, na implementação de políticas voltadas para a EaD. Cita-se, aqui, a falta de garantia de acesso à internet e de equipamentos necessários para que os alunos possam desenvolver suas atividades com eficiência.

Ao perder tempo sem agir de maneira concreta e efetiva para a difusão da EaD, o Estado perde também a oportunidade de democratizar o acesso à educação superior, garantindo a todos o direito à educação, mantendo-o como um privilégio de poucos. É preciso reconhecer que o investimento em políticas públicas para a EaD é fundamental para assegurar o sucesso da modalidade e para torná-la cada vez mais acessível e efetiva.

Desse modo, torna-se importante refletir sobre as ações efetivadas até o presente momento e, sobretudo, sobre o que pode e deve ser feito para que a EaD alcance seu verdadeiro potencial e se torne uma realidade para todos, sem distinção de classe social, raça ou gênero.

Nessa toada, deve o Estado considerar que a EaD é um modo de inclusão social, pois permite com que pessoas que vivam em regiões remotas, que possuam poucas condições de deslocamento ou de acesso à educação superior, possam ter condições de buscar uma formação de qualidade.

É importante que haja uma profusão de ideias e ações no sentido de garantir o acesso, daqueles que detenham essa modalidade como a única capaz de permitir a formação, de modo que se torne acessível, independentemente das condições sociais, econômica ou cultural do interessado.

A oferta de cursos à distância pode contribuir para a democratização do conhecimento e para a promoção do direito social à educação. No entanto, é preciso que as políticas públicas em prol da educação superior sejam ampliadas e que incluam a EaD como uma forma de ampliar o acesso a esse nível de ensino. É fundamental que o Estado assuma o seu papel de promotor da educação e que desenvolva políticas públicas que garantam o acesso de todos à educação superior, independentemente da sua condição socioeconômica.

É preciso recordar que o papel do Estado na educação não se limita a disponibilizar recursos financeiros para a implementação de políticas públicas de educação. É necessário que haja uma fiscalização rigorosa e constante do uso desses recursos, bem como da qualidade dos cursos oferecidos. Não basta que existam cursos disponíveis. É preciso garantir que eles sejam de qualidade e que atendam às necessidades da sociedade.

A questão da qualidade do ensino é, sem dúvida, um tema de suma importância e precisa ser objeto de uma reflexão mais aprofundada. A qualidade do ensino é determinante para o sucesso dos alunos e para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Portanto, o Estado deve priorizar a verificação da qualidade dos cursos oferecidos e garantir que os recursos disponibilizados sejam utilizados de forma eficiente e eficaz.

É preciso que haja uma atenção especial por parte do Estado quanto à qualidade do ensino e à fiscalização dos recursos disponibilizados para a educação. A qualidade do ensino é uma questão fundamental para o desenvolvimento da sociedade e não pode ser tratada com descuido ou negligência. Portanto, é importante que sejam tomadas medidas concretas para garantir a qualidade do ensino e o aproveitamento eficiente dos recursos destinados à educação.

Desse modo, o Estado deve se preocupar não apenas com a quantidade de cursos existentes, com a verificação da qualidade, que são de suma importância. A questão da qualidade, em especial, abordaremos em capítulo específico, diante da necessidade de uma reflexão mais aprofundada.

2.2 A EaD: modalidade agregadora

A educação superior é fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural de um país. É através dela que se formam profissionais capacitados a lidar com as demandas do mercado de trabalho, da pesquisa científica e da inovação tecnológica. Além disso, ela é importante para a formação de cidadãos críticos, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nos últimos anos, a EaD tem se consolidado como uma modalidade de ensino capaz de promover o seu acesso, principalmente para aqueles que têm dificuldades em frequentar as aulas presenciais. De acordo com o último Censo da Educação Superior, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a EaD tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos. Em 2020⁹, cerca de 1,9 milhão de estudantes estavam matriculados em cursos à distância, o que representa um aumento de 32% em relação a 2019.

São várias as confusões que são feitas no sentido de compreender que a EaD é uma modalidade substitutiva àquela que é aplicada há longa data, que é a presencial. Essa equivocada percepção pode ser resultado da falta de informação ou de uma visão limitada acerca das possibilidades que a EaD oferece. Cabe destacar que a oferta de vagas na EaD, ocorre de modo complementar e não substitutiva, que pode ser utilizada de maneira complementar à educação.

Cabe destacar que cada modalidade tem, como público-alvo, perfis de alunos distintos. Isso se mostra muito claro pelo perfil do ingressante disponível no Censo da Educação Superior de 2020, publicado em 2022, em que a idade do aluno que ingressa e conclui cursos na EaD é da modalidade presencial.

Tabela 04: Faixa de idade dos alunos que ingressam e concluem a EaD

Atributos do Vínculo Discente de Graduação	Modalidade de Ensino	
	Presencial	A Distância
Sexo	Feminino	Feminino
Categoria Administrativa	Privada	Privada
Grau Acadêmico	Bacharelado	Licenciatura
Turno	Noturno	n.a.
Idade (ingressante)	19	21
Idade (matrícula)	21	26
Idade (concluinte)	23	31

Fonte: Censo da Educação Superior de 2020.

⁹ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

Tori (2017, p. 32) considera ser inadequada a contraposição entre as modalidades de ensino pois um aluno distante em pensamento numa sala de aula pode ser menos produtivo do que um aluno engajado e participativo numa sala de *chat* de uma aula EaD.

Justifica a ideia de inadequação dessa contraposição o fato de que o processo de ensino-aprendizagem não está vinculado à presença física do aluno em uma sala de aula. Em vez disso, o sucesso está ligado à participação e engajamento do aluno no processo de aprendizagem, seja ele presencial ou à distância.

Um aluno distante em pensamento em uma sala de aula presencial pode ser menos produtivo do que um aluno engajado e participativo em uma sala de chat de uma aula à distância. Portanto, é importante valorizar a participação e o engajamento do aluno, independentemente da modalidade de ensino escolhida.

A EaD não veio para suprimir outras modalidades e tampouco para redefinir o modo pelo qual se promove a educação superior. Essa não é a razão da sua existência e é importante que se ressalte essa questão, para que não parem dúvidas quanto ao seu local e posição adequados. Ela foi idealizada, desde o princípio, como um modo de aproximar o conhecimento daquele que, por alguma razão, está inviabilizado de ir até uma instituição presencial.

Com isso, pode-se denotar que a EaD interessa tanto a professores quanto a alunos. No mesmo instante em que se abre uma porta para a obtenção do conhecimento, uma outra, a do trabalho, também surge, tal como a via de mão dupla que já relatamos acima. Desse modo, cabe também compreender de que modo ele pode ser viável, sob o sentido econômico, sem que isso seja aviltado quanto à qualidade da educação a ser disponibilizada pelas instituições de ensino superior.

Além disso, é importante destacar que a EaD pode ser uma alternativa para aqueles que não têm acesso ao ensino presencial, ampliando as oportunidades de formação e aprimoramento. No entanto, é preciso assegurar que isso não seja implementado em detrimento à qualidade do ensino, mantendo-se o rigor acadêmico e a importância da formação.

Um dos pontos que destacam a EaD é a liberdade que o aluno possui para aprender, dentro da sua condição de tempo, permitindo com que o planejamento seja efetuado sem prejuízo de outros afazeres. Nesse contexto, o interesse do aluno pela busca do aprendizado é um dos pontos de grande importância, dando a ele uma certa condição de autonomia, nesse processo de aprendizagem. Essa autonomia está inserida tanto no ensino de graduação quanto na pós-graduação *lato sensu*.

Nesse aspecto, destaca-se a importância que o Banco Mundial dá para o ensino profissional, considerando, na análise de Shiroma (2007, p. 62) como o eixo central da discussão, nessa análise, o resultado para o contexto econômico.

Essa visão do Banco Mundial, por sua vez, deve ser considerada com certa desconfiança, visto que, ao priorizar o ensino profissional como eixo central, o Banco Mundial, inserido em uma visão capitalista, pode estar, na verdade, reforçando a perpetuação de desigualdades. Tal perspectiva pode objetivar menos o desenvolvimento integral do indivíduo e mais a criação de uma mão de obra adaptável e barata, priorizando os interesses de produção e renda em detrimento de uma educação verdadeiramente emancipatória e equitativa.

Outra questão, que cabe destacar, é acerca da maciça presença das instituições de ensino superior privadas na educação à distância. Deve-se considerar que não é demérito das instituições privadas terem ampliado os seus horizontes por intermédio da EaD, aumentando a gama de cursos e polos, além de permitir oportunidades de formação para os alunos. No entanto, é preciso avaliar as condições de qualidade e acessibilidade destes cursos.

Além disso, é importante ressaltar que a presença de instituições privadas na EaD pode prejudicar a oferta de cursos gratuitos e de qualidade pela educação pública, prejudicando a democratização do ensino. Nessa linha de pensamento, podemos considerar que é demérito, sim, dos governos estaduais e federal por não terem estruturado, adequadamente, a EaD, com a amplitude que atenda a demanda um país de extensões continentais como o Brasil.

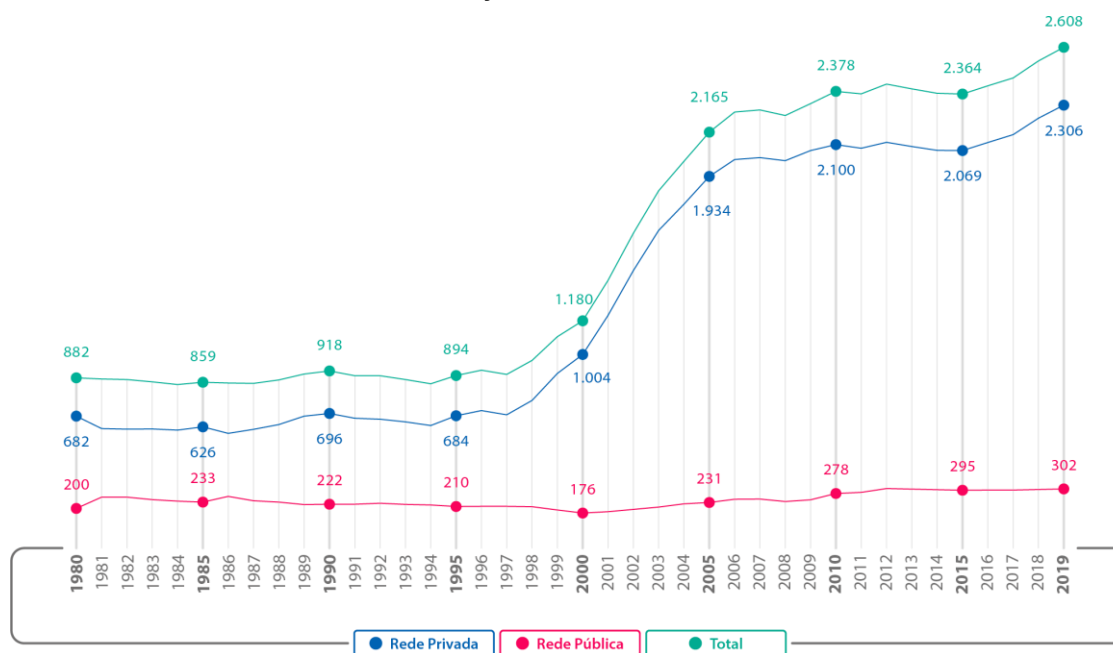
Nesse ponto de reflexão, é importante salientar que urge que os governos repensem as políticas educacionais, considerando a EaD, primeiramente porque ela é uma realidade e que o Estado precisa considerá-la em suas ações, mas principalmente, porque é imprescindível que a EaD tenha suas políticas públicas próprias e adequadas, não sendo razoável que se utilize de planejamentos que não foram efetivamente pensadas em suas características e estruturas próprias.

Entretanto, o que se vê, nos tempos atuais, é um aumento da quantidade das instituições de ensino superior privadas, atuando na EaD, de forma bastante incisiva, e uma outra EaD, no setor público, absolutamente incipiente.

O gráfico a seguir, publicado pelo Instituto SEMESP¹⁰, evidencia a evolução no número de Instituições de Ensino Superior (IES) no país. Após um crescimento de 3,6% em 2018, houve um aumento mais tímido de 2,8% em 2019. Nota-se que o segmento privado continua sendo predominante, representando 88,4% do total de IES e concentrando 75,8% das matrículas do ensino superior.

¹⁰ SEMESP. Mapa do Ensino Superior. Disponível em <<https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/brasil/instituicoes-e-matriculas/>>. Acesso em 02 out 2023.

Gráfico 02: Evolução do Número de IES no Brasil



Fonte: SEMESP

No setor público, ainda é visível a falta de investimento e de estruturação na educação a distância. A presença desta modalidade de ensino é ainda incipiente, ficando evidente a desigualdade entre as instituições públicas e privadas no que se refere à oferta de cursos na modalidade EaD.

Isso sugere uma necessidade de se investir e de se estruturar o setor público de ensino, a fim de ampliar a oferta de cursos e garantir a democratização do ensino superior. A falta de investimento e estruturação prejudica tanto os professores quanto os alunos, impedindo o pleno desenvolvimento da educação a distância no setor público.

Embora o ensino superior público tenha tido um considerável acréscimo de instituições entre 2003 e 2010, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, saltando de 45 para 59 universidades federais, trazendo a consequente majoração das taxas de matrícula, o que também poderia ter sido acompanhado com o estabelecimento de polos EaD destas IES, acompanhando o processo de ampliação desta rede nas duas modalidades, fato este que não ocorreu por questões de falta de investimentos especificamente para essa modalidade.

Outro destaque é que a EaD não é e tampouco deve ser apresentada como uma ferramenta de substituição da modalidade presencial ou como um modo de inovação, até porque já trouxemos, acima, que a EaD não é recente.

Nesse sentido, vê-se, vez ou outra, debates que, como assevera Amaral Filho (2017, p.42), mais se aproximam daquelas praticadas por torcidas de futebol ao cantar suas músicas. A popularização da EaD, como uma opção de acesso à educação, não

vem como algo a preterir a existência de uma educação presencial e tampouco é uma tentativa de sucumbir sua existência.

Com efeito, a EaD é frequentemente vista como um método de acesso à educação que não compromete a qualidade da educação presencial. No entanto, é importante notar que a popularização dela não significa que ela seja uma alternativa inferior. Ao contrário, a EaD é uma opção viável para aqueles que desejam se aperfeiçoar e adquirir novos conhecimentos, independentemente de sua localização ou disponibilidade de tempo. Portanto, é preciso considerá-la como uma ferramenta complementar e não como uma opção em detrimento da educação presencial.

A coexistência das modalidades de ensino é necessária, sendo que a educação remota emergencial, aplicada durante o período da pandemia de COVID-19, foi possível apenas porque as tecnologias de informação e comunicação, adotadas na EaD, supriram, na medida do possível, a demanda existente.

A coexistência das modalidades de ensino é fundamental para atender às diferentes necessidades e expectativas dos estudantes. Enquanto a educação presencial permite a interação direta com os professores e colegas, a educação à distância oferece flexibilidade de horários e possibilidade de aprendizagem autônoma.

Além disso, a educação remota emergencial durante a pandemia de COVID-19 mostrou ser possível graças às tecnologias de informação e comunicação disponíveis na EaD, que supriram, em certa medida, a demanda de ensino. Desta forma, é importante que as modalidades de ensino presencial e à distância coexistam e se complementem para fornecer aos estudantes a melhor experiência de aprendizagem possível.

Após a pandemia, o que temos é, no que concerne ao ensino presencial, uma absorção dos elementos da EaD, que fez ganhar, ainda com mais força, a aplicação da educação híbrida. Nesse caminho, o que realmente está em pauta é o que se pretende ensinar, de que modo se pretende aprender e com qualidade de formação o professor sairá das graduações. Nesse sentido, cabe destacar que caberá a todos os atores da educação, envolvidos nessa questão, fazer dimensionar o que pretende.

A evolução da educação e a necessidade de adaptação aos novos contextos tem sido um tema de grande importância na sociedade atual. Em especial, a pandemia da COVID-19 fez com que o ensino presencial e o ensino a distância se complementassem e tornassem a educação híbrida uma realidade para muitas instituições de ensino.

No entanto, é fundamental destacar que a absorção dos elementos da EaD pelo ensino presencial deve ser feita de forma criteriosa, considerando os objetivos de ensino, as formas de aprendizagem e a qualidade da formação dos professores. Além

disso, é importante destacar que todos os atores envolvidos na educação, incluindo os governos, instituições de ensino, professores e alunos, têm papel fundamental na definição dos rumos da educação híbrida.

É necessário que sejam avaliados criteriosamente os aspectos da educação híbrida, a fim de garantir que a formação dos alunos seja efetivamente eficaz e de qualidade.

Em especial, no que tange as instituições de ensino superior, é necessário que o Ministério da Educação proceda um acompanhamento, por intermédio das visitas *in loco*, além da análise dos dados oficiais, extraídos seja por intermédio das informações encaminhadas ao portal e-MEC ou remetidas mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Alunos – ENADE, para que o acompanhamento da qualidade da EaD seja efetiva.

Considera-se, desse modo, que a EaD tem se apresentado como uma modalidade educacional agregadora, por promover uma ligação entre professores e alunos, conectando-os em seus locais e culturas. Essa flexibilidade de tempo e espaço, personaliza o aprendizado, diante de necessidades específicas do aluno. Isso não faz, de outro modo, com que haja um afastamento do professor no aprendizado pois, por intermédio das atividades síncronas e assíncronas, o aluno conseguirá a colaboração necessária para consolidar o aprendizado.

Esse ato de agregar, de abraçar, de incluir o aluno, visando pertencimento do mesmo ao meio acadêmico, faz com que, mesmo aqueles que vivam em locais remotos ou de difícil acesso, passem a ter a mobilidade necessária para se aproximar da educação de forma efetiva.

Ao oferecer a possibilidade de aprendizagem à distância, a EaD amplia as possibilidades de acesso à educação e, conseqüentemente, permite a inclusão de indivíduos que, de outra forma, poderiam ficar excluídos.

A inclusão proporcionada pela EaD não se limita ao simples acesso ao ensino, mas inclui também o sentimento de pertencimento ao ambiente universitário. Mesmo que o campus seja virtual, é crucial que o aluno EaD se veja e seja reconhecido como parte integrante da comunidade acadêmica.

É importante ressaltar que a sensação de ser um estudante universitário vai além da aquisição de conhecimento. Envolvendo uma mudança na percepção de si mesmo e no modo como se relaciona com o mundo. Mesmo no ambiente virtual, os alunos devem ser incentivados a participar ativamente da vida acadêmica, envolvendo-se em debates, participando de grupos de estudo, colaborando em projetos de pesquisa e contribuindo para a cultura e o crescimento da instituição.

A tecnologia proporciona o meio para essa conexão e interação. Os ambientes de aprendizagem online podem e devem ser projetados para promover o engajamento dos estudantes, a colaboração e a construção conjunta do conhecimento. As instituições devem proporcionar aos alunos EaD as mesmas oportunidades de aprendizado, desenvolvimento e participação que os alunos presenciais têm, de modo que se sintam igualmente valorizados e apoiados em suas jornadas acadêmicas.

Portanto, na EaD, assim como na modalidade presencial, o senso de pertencimento ao ambiente acadêmico é um aspecto fundamental para o sucesso do estudante. Ele alimenta a motivação, aumenta a autoconfiança e favorece o engajamento, levando a resultados de aprendizado mais sólidos e duradouros. O aluno EaD deve ser encorajado a se considerar um universitário em pleno direito, porque é exatamente isso que ele é.

Ela é, portanto, uma alternativa para superar barreiras geográficas e sociais, proporcionando aos estudantes a possibilidade de desenvolver seus conhecimentos e habilidades sem precisar se deslocar.

A distância física, nesses tempos de hiperconectividade, é amenizada por intermédio dos recursos da informação e da comunicação. Nessa esteira, cabe dizer que a presença distante, em sala de aula, não é algo incomum de acontecer.

A EaD atua como um instrumento para difusão da democratização do acesso ao conhecimento. Essa modalidade de ensino é um dos meios disponíveis para promover a inclusão social e educacional, pois torna a aprendizagem acessível a todas as camadas da sociedade, independentemente de sua localização geográfica, situação econômica ou disponibilidade de tempo.

A modalidade à distância se torna uma solução estratégica para alcançar aqueles que estão em áreas remotas ou em situações de vida onde a mobilidade é restrita, como aqueles com responsabilidades familiares ou empregos em tempo integral. Também se mostra uma opção relevante para aqueles que buscam se aperfeiçoar, *reskilling* ou *upskilling*, sem comprometer suas atividades profissionais regulares. Sobre o conceito desses dois processos, faremos, abaixo, uma breve digressão sobre os assuntos.

O *reskilling* refere-se ao processo de aprendizagem de novas habilidades para fazer um tipo diferente de trabalho ou a capacitação de um indivíduo para uma nova ocupação. Isso geralmente ocorre quando um trabalho existente está em risco de se tornar obsoleto devido a mudanças tecnológicas, econômicas ou do mercado de trabalho. O *reskilling* é fundamental para garantir que os trabalhadores possam se adaptar a novos empregos ou carreiras e continuar contribuindo de forma significativa para a economia.

Já o *Upskilling*, por outro lado, refere-se ao processo de aprender novas habilidades ou de treinar trabalhadores existentes para que possam fazer o mesmo trabalho de uma maneira mais eficaz e eficiente. O *upskilling* é frequentemente necessário em setores e empregos onde a tecnologia está avançando rapidamente, exigindo que os trabalhadores atualizem suas habilidades para acompanhar as mudanças. O *upskilling* beneficia tanto os empregados, que se tornam mais valiosos e versáteis, quanto os empregadores, que ganham uma força de trabalho mais capacitada e produtiva.

Conforme Fernandes (2020, p. 4)

Upskilling consiste em fortalecer e aprofundar competências atuais numa determinada área (Loutfi, 2020), ensinar os colaboradores a utilizar novas práticas e ferramentas que permitirão um trabalho mais rápido e eficiente, ajudando a garantir que o seu conhecimento é aproveitado o melhor possível (McGowan, 2019). Isto permite ao colaborador ensinar a máquina a executar certo trabalho e libertar tempo para outras tarefas (McGowan, 2019).

Ambos, *reskilling* e *upskilling*, têm se tornado cada vez mais importantes à medida que o ritmo de mudança tecnológica se acelera. Eles são vistos como componentes-chave para manter a força de trabalho atualizada e pronta para enfrentar os desafios do futuro do trabalho.

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a EaD consegue oferecer uma experiência de aprendizado interativa e envolvente, minimizando as distâncias físicas. Hoje, a presença em uma sala de aula não é mais a única maneira de se obter uma educação de qualidade.

Os ambientes virtuais de aprendizagem oferecem uma variedade de ferramentas e recursos, como fóruns de discussão, videoaulas, chats ao vivo, *quizzes*, entre outros, que proporcionam uma interação efetiva entre alunos e professores, mesmo que estejam fisicamente distantes.

Contudo, é importante ressaltar que a eficácia da EaD requer o desenvolvimento de competências digitais tanto por parte dos alunos quanto dos professores. Além disso, é necessário que haja investimento em infraestrutura tecnológica e acesso à internet de qualidade, para garantir que todos os estudantes possam tirar proveito máximo desta modalidade de ensino.

Contudo, é imprescindível salientar que a efetividade da EaD não se dá automaticamente. Ela depende de uma série de fatores críticos que devem ser observados e cultivados, sendo o desenvolvimento de competências digitais, tanto por parte dos alunos quanto dos professores, um dos mais significativos. Não basta que os alunos estejam apenas dispostos a aprender e que os professores estejam prontos a ensinar. É preciso que ambas as partes estejam efetivamente equipadas com as

habilidades digitais necessárias para explorar e utilizar as ferramentas e recursos disponíveis na modalidade EaD de maneira produtiva e eficaz.

As competências digitais vão além da habilidade de usar um computador ou smartphone. Elas englobam desde a capacidade de buscar, avaliar e usar de forma ética as informações disponíveis na internet, até a habilidade de se comunicar, colaborar e resolver problemas usando as ferramentas digitais. O domínio dessas competências permite aos alunos tirar o máximo proveito das possibilidades oferecidas pela EaD, enquanto capacita os professores a projetar e facilitar experiências de aprendizagem eficazes e significativas.

Além disso, cabe destacar que a EaD depende de uma robusta infraestrutura tecnológica. Para que todos os estudantes possam participar plenamente da EaD, é necessário que eles tenham acesso a dispositivos adequados e uma conexão de internet de qualidade. Isto implica não só em investimentos por parte das instituições de ensino na criação e manutenção de plataformas digitais confiáveis e amigáveis, mas também na promoção de políticas públicas voltadas para a universalização do acesso à internet de alta velocidade.

Valente (2011, p. 29 e 30) ressalta que

..., com relação ao grau de interação entre professor e aprendizes, e entre aprendizes, encontra-se a abordagem do estar junto virtual. O advento da internet criou meios para que essas interações sejam intensas, permitindo o acompanhamento do aluno e a criação de condições para o professor estar junto, ao lado do aluno, vivenciando e auxiliando-o a resolver seus problemas, porém virtualmente.

Atualmente, a tecnologia tem permitido o desenvolvimento de novas formas de interação entre professores e alunos, que antes não eram possíveis. A abordagem do estar junto virtual é um exemplo disso. Com a popularização da internet, é possível criar meios para que as interações entre alunos e professores sejam intensas, apesar da distância física.

Isso permite que o professor acompanhe o aluno de perto, auxiliando-o na resolução de problemas e fornecendo *feedback* constante. Além disso, essa abordagem também promove uma interação mais ampla entre os próprios alunos, que podem compartilhar experiências e soluções para os desafios enfrentados em seus estudos. Através dessa abordagem, é possível construir uma comunidade virtual de aprendizagem.

Para aqueles que não podem se deslocar a uma instituição de ensino superior presencial, a EaD se mostra uma realidade viável, agregadora e eficiente, que permite

a inclusão social do aluno e promove, com certa eficiência, a democratização do acesso ao ensino superior.

Entretanto, deve-se asseverar que ela é uma ferramenta de oferta de ensino técnico e superior que requer equipamentos e uma estrutura de conexão que permita o seu acesso. Para quem dispõe destas ferramentas, esta modalidade se torna acessível e viável. Esta acessibilidade, vale ressaltar, tem tomado uma proporção interessante, na medida em que os Ambientes Virtuais de Aprendizagem se tornam mais operacionais, sobretudo nos dispositivos móveis.

A condição de acessibilidade não se faz apenas pela questão financeira, pois é sabido que o valor de investimento feito pelos alunos é menor, mas, principalmente, considerando o fato de que a oportunização do ensino sem barreiras de distâncias é algo muito bem-vindo pois permite que o ensino alcance locais de difícil acesso, tornando o ensino ainda mais democrático e respeitando-o como um direito social, tal como preconiza a Constituição Federal de 1988.

Deste modo, a EaD pode agregar valores educacionais importantes para o ensino superior, como a possibilidade de estudar em qualquer lugar e horário, o que proporciona uma maior autonomia para o aluno gerenciar o seu próprio tempo de estudo.

2.3 A democratização do Ensino Superior – em que a EaD pode ajudar?

Para iniciarmos o tema proposto, é necessário que entendamos melhor o que vem a ser a democratização na educação. Libâneo considera que o ato de democratizar o ensino é

...ajudar os alunos a se expressarem bem, a se comunicarem de diversas formas, a desenvolverem o gosto pelo estudo, a dominarem o saber escolar; é ajuda-los na formação de sua personalidade social, na sua organização enquanto coletividade. Trata-se, enfim, de proporcionar-lhes o saber e o saber-fazer críticos como pré-condição para sua participação em outras instâncias da vida social, inclusive para melhoria das condições de vida¹¹.

Conforme o autor precitado, a educação deve considerar uma análise multifacetada da formação integral do aluno. Nesse sentido, destaca-se a comunicação e a expressão, que são habilidades essenciais em qualquer contexto de ordem social ou profissional. Nesse sentido, considera-se que desenvolver o gosto pela aprendizagem é algo importante numa sociedade que está em contínua mudança.

A formação de cidadãos conscientes de sua posição na sociedade, especialmente pelo saber-fazer crítico, é importante para fomentar a participação ativa e construtiva dos indivíduos no meio em que vivem. Deste modo, a formação do aluno não deve se limitar apenas ao conteúdo programático, devendo desenvolver habilidades e competências importantes, ao cidadão, para viver em sociedade.

Podemos definir a democratização da educação como o processo de tornar o ensino acessível, responsivo e inclusivo para todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica. Ela vai além da mera garantia de acesso, englobando também a permanência e a qualidade da formação oferecida. Uma educação democratizada busca desenvolver, no aluno, habilidades e competências críticas para uma atuação construtiva na sociedade, considerando a educação como um instrumento de racionalização na resolução de problemas sociais. Tal concepção se opõe a visões idealizadas e superficiais que ignoram as desigualdades e diferenças sociais, demandando uma análise crítica e profunda da democracia e sua inter-relação com a educação em sua complexidade e nuances.

Ao tratar sobre a educação, dentro do processo democrático, deve-se considerá-la como um instrumento de racionalização na resolução de problemas sociais.

Rahal (2022, p. 26) considera que a democracia tem, como característica, “ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos”. Nesse sentido, considera-se que uma educação democratizada é aquela que esteja condições

¹¹ LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 28 ed. São Paulo: Loyola.2014. p.12.

de estar apta a ser responsiva, acessível, apta a emergir o cidadão que, dela, queira fazer parte.

Nesse sentido, cabe-nos perguntar: a quem pode ajudar a EaD? De que modo ela pode ser instrumento de democratização do ensino superior? A resposta não é simples e demandará uma visão não estanque do conceito de democracia.

Janine Ribeiro (2022, p. 46) assevera que, na democracia, “há um interesse do mais pobre de terem e serem mais”. Nesse sentido, se esse é o interesse e considerando que o Artigo 6º da CF/88 considera a educação como um direito social, é necessário que a educação seja acessível de modo a contemplar o pobre e não ser uma educação elitizada.

Nessa toada, cabe destacar que uma educação democratizada não se limita apenas ao acesso, mas também a permanência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 3º, estabelece como um dos princípios do ensino a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Schlesener (2018, p.67), ao fazer uma leitura crítica da obra de Gramsci, aponta que a democracia é vista, por muitos, como uma ficção que esconde a realidade das diferenças e desigualdades sociais.

A visão burguesa da democracia, segundo a autora precitada, apresenta uma versão idealizada e superficial da democracia, que busca dissimular a existência das diferenças sociais e ignorar a existência das desigualdades sociais.

Para a autora, essa visão é insuficiente e não contempla a complexidade da democracia e da realidade social. Portanto, é necessário uma análise mais profunda e crítica da democracia, para compreender suas nuances e sua relação com as desigualdades sociais.

Além disso, a autora precitada apresenta, dentro da visão gramsciana, que a tal democracia, sob a visão capitalista, é na verdade uma estrutura basicamente oligárquica, autoritária, baseada numa estrutura pública de tutela dos poderes que são essencialmente privados.

Dentro dessa visão gramsciana, cabe destacar que a educação, para ser democrática, ou seja, acessível e não elitizada, não deve desaguar naquilo que Kuenzer considera como uma educação que promova uma exclusão includente e uma inclusão excludente.

Conforme Saviani (2021, p. 442), a exclusão includente se caracteriza como um fenômeno do mercado, na medida em que a sua condução faz com que o trabalhador seja excluído do mercado formal.

Por sua vez, a inclusão excludente atua no campo da educação, como uma manifestação da exclusão includente, ao inserir estudante no sistema escolar, de

variados cursos e níveis, sem padrões de qualidade mínimos para que o trabalhador seja inserido ao mercado. A consequência será, como bem diz o autor precitado, numa melhora de indicadores, mas numa exclusão da participação ativa do mercado de trabalho e da vida em sociedade.

Desse modo, é necessário que, atrelada à qualidade social dos cursos, ou seja, de que modo esses cursos podem trazer benefícios à sociedade, elas devem efetivamente incluir o estudante e futuro egresso àquela capacitação que ele escolher, de modo a formar um profissional cidadão, apto a contribuir com a sociedade a qual faz parte.

A ideia da existência de uma educação democrática, que seja acessível e não elitista, desafia a compreensão tradicional. Kuenzer e Saviani descrevem uma análise de que, tanto a exclusão includente quanto a inclusão excludente trazem graves disfunções à educação e a sociedade.

Saviani relaciona essas questões com o mundo do trabalho, onde o mercado, paradoxalmente, exclui ao incluir, distanciando o trabalhador do mercado formal. Já a inclusão excludente, um reflexo da primeira, se manifesta no âmbito educacional, ao incluir o estudante em um sistema educacional sem padrões de qualidade suficientes, provocando uma aparente melhora nos indicadores, mas sem preparar o estudante para uma participação ativa no mercado de trabalho e na sociedade.

Assim, antes de considerarmos simplesmente a entrada de alguém no ensino superior, precisamos refletir sobre como essa inclusão acontece, qual é sua qualidade e, acima de tudo, como ela pode trazer benefícios tangíveis não apenas para o indivíduo, mas para a sociedade

É nesse ponto em que a confusão entre a massificação e a democratização acontece. Não basta apenas inserir o cidadão ao ensino superior, sem qualquer critério anterior, cuja relação deva ser pensada na qualidade do ensino e de que modo essa oportunização pode afetar a sociedade local.

A massificação, nesse sentido, torna o acesso à educação superior tão banalizado quanto o acesso a produtos de consumo, como um carro, um fogão, uma geladeira, dentre outros.

Quando tratamos de direitos sociais, devemos considerar que estamos nos referindo a questões que afetam à sociedade como um todo. Nesse caso, a democratização atuará no exercício de um direito, pelo Estado que está previsto Constituição Federal.

Nesse sentido, o exercício dessa prerrogativa comportará tanto o exercício positivo desse direito, na medida em que o cidadão pode fazer uso dele, como a sua

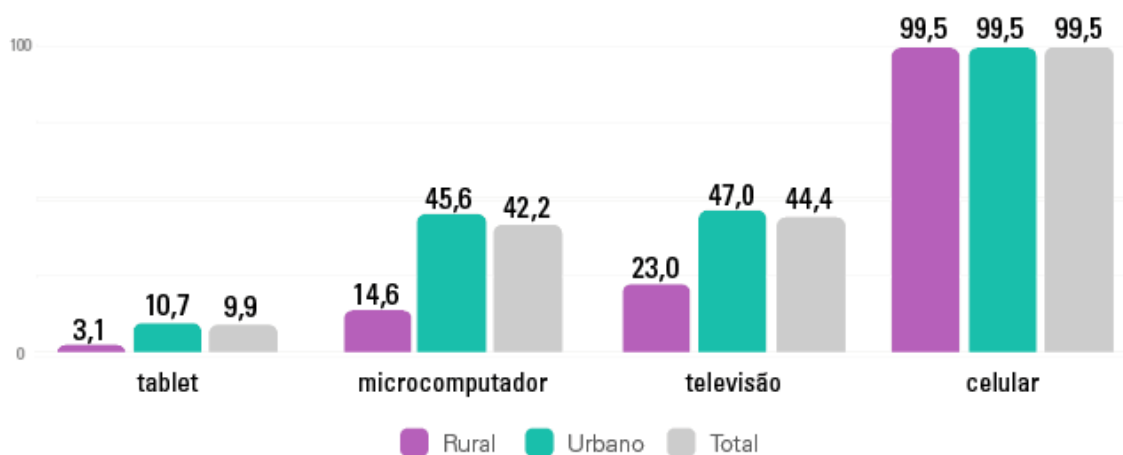
vertente negativa, na qual se encontra o ato de obstar-se do uso desse direito. Contudo, cabe ao Estado dar condições para que o cidadão possa escolher o que fará.

Quando afirmamos que a EaD pode permitir a democratização do ensino, essa condição está diretamente atrelada ao modo pelo qual o Estado tornará isso possível. É cediço que, para o uso da internet, por exemplo, é necessário que haja um aumento da rede, situação essa que vem sendo gradualmente resolvida, conforme dados anteriormente informados.

Outra questão, também importante, é o fato de que o acesso a equipamentos de informática e da rede de acesso à internet também devem ser facilitados. Conforme dados do IBGE¹², o equipamento mais utilizado para acesso à internet é o celular.

Gráfico 03: Equipamentos Utilizados para Acesso à Internet

Equipamento utilizado para o acesso - 2021



Fonte: Agência IBGE

Nesse sentido, deve-se considerar a possibilidade da criação de plataformas de estudos que atendam a essas especificidades ou, se for inviável, que sejam criados programas sociais que permita o acesso à equipamentos e a contratação de planos de internet.

Quando se considera a necessidade de democratização do ensino superior, utilizando-se da EaD como uma modalidade que possa agregar valores a esse intento, é necessário considerar a importância que ela possui a qualidade social da educação.

¹² AGÊNCIA IBGE. PNAD TIC: Internet já é acessível em 90,0% dos domicílios do país em 2021. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021>>. Acesso em 02 out. 2023.

Essa qualidade social, segundo Gandin¹³ (2012, p. 47), se caracteriza por “processos que ajudem alunos e sociedade a caminhar na direção de fins educacionais”, ou seja, que realmente agreguem condições de transmitir a educação superior em condições de ser absorvida, pelo aluno, de maneira plena e inequívoca.

Essa dita democratização não poderá considerar critérios econômicos, tal como preconiza o Banco Mundial pois, como ressalta Da Silva (2009, p.223,) “ao priorizar os critérios econômicos para atribuir qualidade à educação, os governos e gestores desconsideram os limites e as imperfeições geradas pelo mercado e sua incapacidade para corrigir questões sociais”.

Desse modo, compreende-se que a EaD, como parte integrante das ações de democratização da educação superior, não pode se limitar apenas ao contexto econômico ou tecnológico. Para que a EaD cumpra o seu papel nesse processo, é necessário que o acesso seja permitido, considerando as ferramentas necessárias e dando, ao estudante, condições de acesso, ao ensino e aos recursos necessários. Nesse contexto, incluímos nessa lista de necessidades, um acesso à internet de qualidade, equipamentos aptos e em condições de serem utilizados, plataformas de ensino que permitam o aprendizado e o apoio pedagógico necessários.

Uma educação superior democratizada também está alinhada às necessidades do estudante, considerando os aspectos culturais, regionais e sociais. Esses elementos permitirão que a educação seja oferecida de maneira efetiva.

Contudo, nada disso será verdadeiramente importante se não estiver atrelado às políticas públicas assertivas, que sejam inclusivas e que promovam a equidade. Desse modo, a democratização da educação não deve proporcionar apenas o acesso, mas deve ser responsiva, formadora e transformadora para todos os seus cidadãos, independentemente de suas condições sociais ou econômicas.

¹³ GANDIN, Diego. Poder, participação e escola democrática. *In*: FETZNER, Andréa Rosana; MENEZES, Janaína Specht da Silva Menezes. A quem interessa a democratização da escola? Reflexões sobre a formação de Gestores. Rio de Janeiro: Libre. 2012.

3. O ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA E A QUALIDADE DE ENSINO

Considera-se que uma EaD de qualidade interessa a todos que careçam dela, enquanto forma de ingresso viável ao ensino superior. Para tanto, deve-se pensar numa prestação de uma modalidade que atenda a condições qualitativas a contento.

Para tanto, nesse segundo capítulo, pretende-se tratar esse assunto, considerando aspectos da massificação, da mercantilização, das políticas públicas disponíveis e daquelas que seriam necessárias para a EaD, além de tratarmos acerca da avaliação adotada pelo MEC aos cursos de ensino superior.

O assunto da qualidade da EaD interessa às instituições de ensino superior, que poderão aumentar suas fronteiras, ao apresentar suas condições de ofertar cursos de qualidade num espaço muito maior do que aquele que poderia ofertar, se fosse limitar-se as fronteiras do ensino presencial. Interessa a sociedade, pois aumentará a gama de profissionais qualificados, para as mais diversas áreas do conhecimento.

Certamente, o ponto de equilíbrio desse tema está na qualidade. Não se pode considerar que toda EaD é boa, assim como também não se pode atribuir qualidade em toda a educação presencial, conforme assevera Amaral Filho (2017, p.42). Contudo, com a parcimônia que se merece, é necessário estabelecer que a mercantilização e a baixa qualidade do ensino EaD, de algumas instituições, tem sido um dos pontos de maior crítica à essa modalidade.

De fato, a afirmação de Amaral Filho nos leva a uma reflexão sobre a qualidade da educação, seja ela a distância (EaD) ou presencial. As duas modalidades possuem particularidades e desafios distintos que impactam diretamente na qualidade do ensino ofertado. A qualidade da educação não pode ser determinada simplesmente pelo formato em que é oferecida. Do mesmo que podem cursos EaD excelentes e cursos presenciais fracos, o contrário também é verdadeiro. O que realmente importa é o compromisso com uma oferta educativa de qualidade, independentemente da modalidade.

Na EaD, por exemplo, há questões como a interatividade, o suporte ao aluno, a qualidade do material didático e a eficiência da plataforma de aprendizagem que influenciam diretamente na qualidade do ensino. Além disso, é preciso garantir a acessibilidade a todos os alunos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. Nesse sentido, as universidades que optam por essa modalidade de ensino têm o desafio de garantir que todos os seus alunos tenham acesso aos recursos e suporte necessários para aprender de maneira eficaz.

Por outro lado, a educação presencial também possui seus desafios, incluindo a necessidade de manter a infraestrutura física, garantir a qualidade dos professores e

manter uma proposta pedagógica que atenda às necessidades de aprendizado dos alunos. Ainda assim, essa modalidade permite uma interação presencial que pode ser fundamental para o aprendizado de determinados conteúdos e para o desenvolvimento de habilidades sociais.

Por isso, é necessário compreender que a qualidade da educação não depende exclusivamente da modalidade em que ela é oferecida. O foco deve estar em garantir que, independentemente do formato, os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade que os prepare adequadamente para suas carreiras e para a vida em sociedade.

Assim, devemos evitar generalizações e julgamentos precipitados sobre a qualidade do ensino com base apenas na modalidade. Afinal, tanto a educação a distância quanto a presencial podem oferecer uma formação de excelência, desde que haja um compromisso com a qualidade e a busca constante pela melhoria.

Analisando de maneira equilibrada e dissociada de certas paixões, a EaD também interessa aqueles que pretendem o aprimoramento, o estabelecimento de um ensino que compreenda as dificuldades do aluno, mas que consiga apreendê-lo em seu processo de aprendizagem.

É necessário que o aluno se sinta, efetivamente, a cursar uma graduação ou um curso de tecnologia, que se sinta parte de uma instituição de ensino superior, ou seja, que se sinta como um universitário, tal como aquele que está a perambular nos corredores das universidades, entre uma aula e outra.

O que realmente importa, nesse caso, é a educação que, segundo Moran (2015, p. 31) num processo mais amplo, é o aprender e ajudar que outros assim consigam fazê-lo, por intermédio da troca de comunicação e compartilhamento, gerando assim, uma história de vida, compreendo melhor o mundo, nos fazendo evoluir, a escolher, a libertar de dependências intrínsecas e formar uma geração mais produtiva e realizada.

É necessário que entendamos que “é possível administrar a distância da transação com projetos pedagógicos¹⁴”, de modo que essa modalidade não se torne um mero instrumento educação bancária¹⁵, como bem definida por Paulo Freire (2022, p. 81) .

¹⁴ MAIA, Carmen; MATTAR, João. ABC da EaD: A educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

¹⁵ Em Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire considera que a educação bancária é caracterizada pela memorização mecânica de conteúdos, que transforma os educandos em meros receptáculos passivos. Nessa abordagem, a ênfase é dada ao processo de preenchimento desses recipientes, sendo que quanto mais docilmente os alunos se deixam encher, melhores são considerados como educandos.

É inegável que a EaD desperta interesse em muitas pessoas e por diversas razões. Negar sua relevância ou prever seu fracasso seria um equívoco, pois a EaD está diretamente vinculada à educação contemporânea. Nos dias de hoje, seria um erro encarar a EaD como uma mera mercantilização da educação, descartando-a tal como se não houvesse nenhum valor nela.

Por uma questão de justiça e prudência, é crucial distinguir as práticas inadequadas, de qualidade questionável, que, vale ressaltar, não são exclusivas da EaD, mas também permeiam o ensino presencial, das instituições que levam a sério a qualidade do ensino a distância. Essas instituições trabalham incansavelmente para garantir que a EaD seja uma ferramenta poderosa para expandir a educação de qualidade em todo o Brasil.

Não se pode simplesmente desconsiderar todo o potencial que a EaD tem para democratizar a educação, apenas por causa de práticas questionáveis que também podem ser encontradas no ensino presencial.

Para tornar a educação de qualidade acessível a todos, precisamos explorar todas as possibilidades, incluindo a EaD. Em vez de rejeitá-la, devemos esforçar-nos para melhorar suas práticas, eliminar seus pontos fracos e fortalecer seus pontos fortes. Somente assim poderemos garantir que todos tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade, independentemente de sua localização geográfica ou de outros possíveis obstáculos.

Isso, não restam dúvidas, interessa a todos aqueles que estão envolvidos nesse processo de expansão e, principalmente, aos alunos que esperam ter uma educação de qualidade, para propagar conhecimento e consolidar-se profissional e socialmente.

Desse modo, é necessário agregar esforços no compromisso com a sociedade em, a partir do momento que tornou a EaD uma realidade no país, estabelecer políticas públicas capazes de torná-la ainda mais abrangente, garantindo o acesso para todos

3.1 A qualidade do ensino superior à distância e a massificação estrutural

A massificação da educação superior é um tema que merece discussão. Para muitos, ela é vista como uma oportunidade para a democratização do acesso ao ensino superior e para a qualificação de mão de obra em um mercado cada vez mais exigente. No entanto, é importante refletir sobre o que realmente significa essa massificação e quais são suas implicações para a educação e para a sociedade como um todo.

Ela se refere ao processo de expansão significativa do número de estudantes matriculados no ensino superior em um determinado país ou região. Esse fenômeno é caracterizado pelo aumento expressivo da quantidade de estudantes em relação a períodos anteriores, resultando em uma maior proporção da população com acesso à educação superior. A massificação do ensino superior pode ocorrer devido a fatores como políticas governamentais de ampliação do acesso, crescimento demográfico, demanda por qualificação profissional e mudanças socioeconômicas.

Embora a modalidade EaD possa ser uma opção para muitos estudantes que não têm acesso a cursos presenciais a qualidade da EaD e a massificação estrutural são questões preocupantes que precisam ser abordadas.

A qualidade do ensino superior à distância depende de vários fatores, como a qualidade do material didático, a interação entre alunos e professores e o suporte técnico oferecido aos alunos. Infelizmente, em muitos programas de massa de EaD, a qualidade desses elementos pode ser comprometida, já que as instituições de ensino superior podem não ter recursos suficientes para fornecer o suporte necessário aos alunos.

O que se denota, conforme Almeida Neto (2015, p. 50), é que o perfil de modelos implementados pelas IES pública se baseiam no ensino e pesquisa, o que é denominado, pelo autor, como um ensino de elite. Já nas IES privadas, a concentração de ações se voltam ao mercado de trabalho e a busca pela direção vocacional do aluno.

A massificação estrutural pode levar à padronização do ensino, à falta de personalização e à falta de interação individual, o que pode afetar negativamente a qualidade da experiência de aprendizagem dos alunos. Em programas de massa, os alunos podem sentir-se despersonalizados, como se estivessem navegando em uma plataforma de aprendizagem online sem orientação ou suporte adequados.

Quando há um aumento significativo no número de estudantes matriculados, as instituições de ensino podem enfrentar dificuldades em garantir recursos adequados, como infraestrutura, corpo docente qualificado e suporte acadêmico. Isso pode levar a uma precarização da educação superior, com impactos negativos na formação dos estudantes e na qualidade dos cursos oferecidos.

Quando tratamos do ensino presencial, a falta de recursos e de infraestrutura adequados pode resultar em salas de aula superlotadas, falta de laboratórios e bibliotecas suficientes, escassez de materiais didáticos e tecnológicos, além de uma sobrecarga de trabalho para os professores. Esses fatores podem comprometer a qualidade do ensino, dificultar a interação e o acompanhamento individualizado dos estudantes, e limitar as oportunidades de pesquisa e prática profissional.

Além disso, a massificação também pode levar a uma maior seletividade no acesso aos cursos mais prestigiados e concorridos, perpetuando desigualdades socioeconômicas e reproduzindo hierarquias no sistema educacional.

Quando o assunto é a EaD, a massificação se deve, em grande parte, à necessidade de ampliar o acesso ao ensino superior em um país de dimensões continentais e desigualdades regionais. No entanto, essa massificação também tem impactos negativos na qualidade do ensino e na formação dos estudantes.

Um dos desafios enfrentados pela EaD é a falta de interação entre os estudantes e entre os estudantes e os professores. Isso pode comprometer a qualidade do ensino e a formação dos alunos, uma vez que a interação é fundamental para o aprendizado. Além disso, a falta de supervisão adequada dos processos de ensino e aprendizagem na modalidade a distância pode levar à baixa qualidade dos cursos.

Outro desafio importante é a necessidade de um planejamento cuidadoso para a oferta de cursos à distância. É fundamental que os cursos sejam planejados com atenção aos recursos tecnológicos e à infraestrutura necessária para o ensino a distância. Além disso, é importante garantir que os professores estejam preparados para atuar nessa modalidade de ensino.

Além disso, a massificação do ensino superior à distância pode levar a problemas de acesso e qualidade. A falta de infraestrutura adequada e recursos financeiros pode impedir que muitos estudantes tenham acesso a uma educação superior à distância de qualidade. Isso pode limitar as oportunidades de muitos estudantes que desejam aprimorar suas habilidades e conhecimentos, mas não têm acesso a cursos presenciais ou online de qualidade.

Outro problema, também enfrentando, é que a massificação do Ensino Superior pode ser considerada uma ferramenta do mercado capitalista, pois visa atender à demanda crescente por qualificação profissional em um contexto de economia globalizada.

As instituições privadas de Ensino Superior, muitas vezes, priorizam a quantidade de alunos matriculados em detrimento da qualidade do ensino oferecido. Isso pode ser observado, por exemplo, na falta de infraestrutura adequada, na falta de corpo docente qualificado e na ausência de programas de apoio ao estudante.

Além disso, a massificação do Ensino Superior pode levar à padronização dos currículos e à diminuição da diversidade de cursos oferecidos. Isso pode, por exemplo, desencadear numa preferência aos cursos de bacharelado em detrimento das licenciaturas e dos cursos tecnológicos, principalmente pela maior valorização social e econômica dos cursos de bacharelado, o que acaba influenciando a oferta de cursos pelas instituições.

Nesse sentido, a massificação da educação superior pode ser vista como um desafio para a educação crítica e transformadora. Se não for acompanhada de uma reflexão crítica sobre o papel da educação e sobre as implicações sociais e políticas da expansão do ensino superior, ela pode levar à reprodução de modelos de ensino autoritários e excludentes.

Além disso, é importante destacar que a massificação da educação superior não é sinônimo de democratização do acesso. É necessário garantir políticas públicas efetivas de inclusão social e educacional, que garantam o acesso e a permanência de todos os indivíduos na educação superior, independentemente de sua origem socioeconômica.

Desse modo, qualidade da EaD e a massificação estrutural são questões críticas que precisam ser abordadas para garantir que a EaD continue sendo uma opção viável e valiosa para muitos estudantes.

3.2 O equívoco da mercantilização da EaD no Ensino Superior

Se a distância física pode afastar o aluno das cadeiras de uma IES presencial, as novas tecnologias de informação e comunicação podem aproximar o professor do aluno. Essa não é uma retórica simples, mas um fato constatado. Contudo, também é cediço que há percalços no caminho.

Um deles, não restam dúvidas, é a mercantilização da educação e o modo como hodiernamente os cursos de ensino superior têm sido difundidos no Brasil. Se por um lado, há uma profusão de novos cursos e instituições de ensino superior, há uma clara inclinação à precarização.

Essa profusão de cursos, embora pareça viável sob o contexto do aumento de possibilidades ao discente, pode fazer com que a qualidade do ensino seja relativizada em prol de uma massificação de ofertas.

Moore e Kearsley considera que

À medida que a utilização da educação a distância se disseminar, populações anteriormente em desvantagem, como os alunos de áreas rurais e ou de regiões no interior das cidades, poderão fazer cursos nas mesmas instituições e com o mesmo corpo docente que anteriormente estavam disponível apenas para os alunos em áreas privilegiadas e residenciais de bom nível. Alunos com deficiência física também poderão ter acesso aos mesmos cursos ministrados às demais pessoas, mesmo permanecendo em suas residências ou em instituições. (2013, p.29)

Conforme os autores precitados, há pontos convergentes na EaD entre a oferta de cursos e a redução da barreira geográfica e física, na qual essa modalidade pode ofertar oportunidades para aqueles que não estão sendo acolhidos pela modalidade presencial, tais como os moradores de áreas rurais ou àqueles portadores de deficiências físicas.

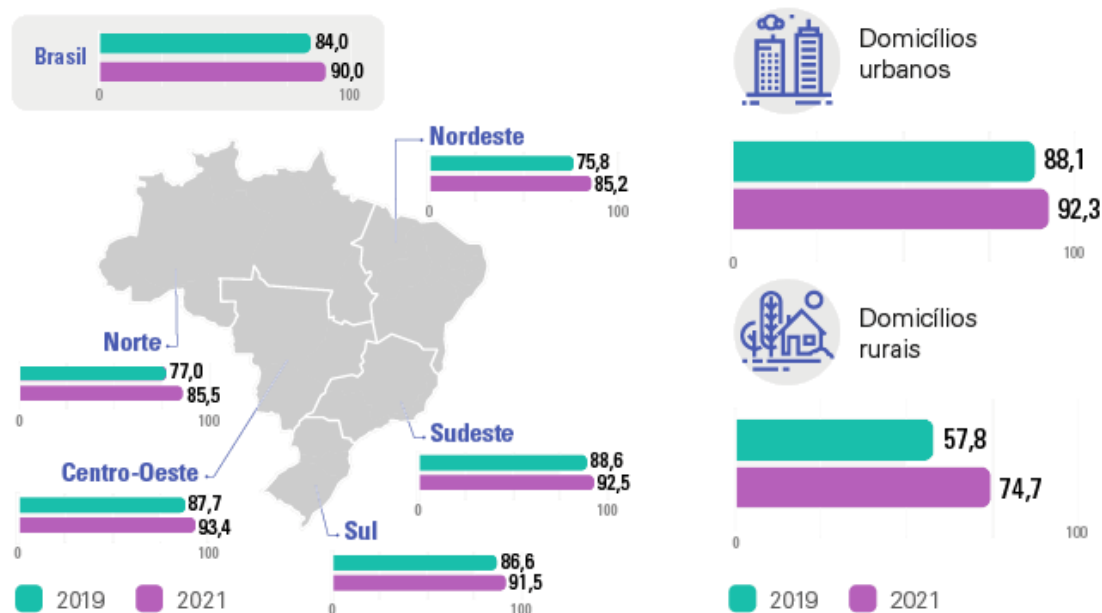
A EaD enfrenta desafios e oportunidades graças às transformações tecnológicas e à evolução da sociedade. As antigas desconfiças quanto à qualidade desse formato de ensino estão gradativamente sendo superadas à medida que a internet e as ferramentas digitais proporcionam novas formas de comunicação e interação. Conforme dados do IBGE¹⁶, há um gradativo aumento do uso da internet no país, conforme verifica-se pelos dados abaixo apresentado. Denota-se, inclusive, que há um aumento no acesso à internet em domicílios rurais.

¹⁶ AGÊNCIA IBGE. PNAD TIC: Internet já é acessível em 90,0% dos domicílios do país em 2021. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021>>. Acesso em 02 out. 2023.

Gráfico 04: Panorama do Uso da Internet no País

Panorama do uso da Internet no país (%)

Uso de internet nos domicílios



Fonte: Agência IBGE

As barreiras geográficas que antes limitavam o acesso à educação estão sendo derrubadas, permitindo que estudantes de diferentes regiões tenham a oportunidade de participar de cursos e programas acadêmicos sem a necessidade de locomoção física. Os encontros presenciais, que demandavam ajustes nas agendas e sacrifícios, estão sendo substituídos por encontros virtuais, o que torna o processo de aprendizagem mais flexível e adaptável às necessidades dos alunos.

Além disso, o acesso a bancos de dados oficiais e a ampla oferta de livros, tanto físicos quanto virtuais proporcionam, aos estudantes, recursos para aprimorar seus conhecimentos e enriquecer suas pesquisas. A possibilidade de interação em salas de chat ou fóruns de discussão também estimula a participação ativa dos alunos, tornando-os mais engajados e envolvidos com o processo educacional.

Apesar desses avanços, é importante reiterar a necessidade de um comprometimento contínuo com a qualidade do ensino na modalidade EaD. A mercantilização da educação ainda é uma preocupação, pois pode colocar em segundo plano a excelência acadêmica.

É importante que os mantenedores das instituições de ensino superior privadas, cientes dessas questões, se empenhem em garantir a efetividade dos programas de EaD, investindo em pesquisa, extensão e no aprimoramento constante dos métodos de aprendizagem utilizados.

Por outro lado, deve-se ponderar a necessidade de quebrar o estigma associado à EaD como uma opção de ensino de menor qualidade. A educação a distância pode ser tão eficiente e enriquecedora quanto o ensino presencial, desde que haja um compromisso sério com a qualidade, a atualização dos conteúdos e a interação entre alunos e professores.

Assim, a EaD pode ser considerada como uma alternativa viável e valiosa para ampliar o acesso à educação superior, principalmente em um país de dimensões continentais como o Brasil, onde nem todos os estudantes têm condições de frequentar instituições presenciais. A oferta de cursos de qualidade, tanto na modalidade presencial quanto na EaD, que pode promover uma educação acessível e inclusiva para todos os brasileiros, independentemente da natureza da instituição.

Portanto, ao superar as antigas desconfianças e ao reconhecer os avanços proporcionados pelas tecnologias de informação e comunicação, é possível construir um cenário educacional mais dinâmico, inclusivo e voltado para a excelência acadêmica.

A vontade de aprender e ensinar, a busca pelo conhecimento e o compromisso com a qualidade devem ser os alicerces de um ensino superior que almeja formar cidadãos capacitados, críticos e preparados para os desafios do mundo contemporâneo.

O futuro do ensino superior está nas mãos daqueles que estão constantemente envolvidos com ela, que trabalham diariamente para aprimorar e desenvolver a educação. Deste modo, é crucial que nós, enquanto profissionais, ajamos com responsabilidade, mantendo uma visão de longo prazo e um olhar atento para compreender as necessidades e potencialidades únicas de cada aluno.

Somente através desse comprometimento conjunto, podemos construir uma educação verdadeiramente transformadora e inclusiva, capaz de impulsionar o crescimento intelectual e a realização de cada estudante, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo com conhecimento, habilidades e uma perspectiva crítica.

É importante considerar que essa operação econômica não deve comprometer a qualidade do ensino. A busca pelo equilíbrio entre rentabilidade e qualidade é uma tarefa complexa que exige comprometimento, transparência e ética.

O compromisso com a qualidade do ensino deve ser a primeira e mais importante responsabilidade de qualquer instituição educacional. Assim, a procura por rentabilidade não deve desviar o foco da verdadeira missão de uma instituição educacional, que é proporcionar um ensino de qualidade, capaz de formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para atuar no mundo.

A tarefa de equilibrar a necessidade de rentabilidade com o compromisso com a qualidade é, sem dúvida, complexa. Exige uma gestão cuidadosa e responsável, comprometida com princípios de transparência e ética. Os recursos devem ser geridos de forma eficiente, as decisões devem ser tomadas com base em critérios claros e objetivos, e todas as ações devem ser transparentes e responsáveis.

O equilíbrio entre rentabilidade e qualidade no ensino não é um objetivo fácil de alcançar, mas é um desafio que deve ser encarado com seriedade e determinação. Afinal, a qualidade do ensino é um elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e desenvolvida. Portanto, qualquer comprometimento da qualidade do ensino em prol da rentabilidade é não apenas inaceitável, mas, também, um desvio grave na verdadeira missão das instituições de ensino.

No entanto, é importante considerar que a missão principal das instituições educacionais é de proporcionar um ensino de alta qualidade. A atenção deve estar sempre voltada para a qualidade e integridade do ensino, sendo essencial que haja uma consciência aguda das responsabilidades éticas envolvidas.

Isso requer uma gestão atenta e criteriosa que tenha como princípios a transparência, o comprometimento e a ética. Assim, embora a rentabilidade seja um componente vital para a sustentação e o desenvolvimento de uma instituição, ela deve coexistir harmoniosamente com o propósito mais elevado de prover uma educação de qualidade. Nesse equilíbrio, reside o sucesso de uma instituição de ensino que se propõe a servir à sociedade de forma eficaz e sustentável.

É crucial que as instituições de ensino privadas vejam os alunos não apenas como clientes, mas como parceiros na busca pelo conhecimento. O sucesso dessas instituições está diretamente relacionado à sua capacidade de formar cidadãos críticos, engajados e bem-preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

3.3 A necessidade de políticas públicas voltadas à EaD

As Políticas Públicas são ferramentas fundamentais no direcionamento, regulação e implementação de medidas nos mais variados setores da sociedade para atender a demandas coletivas. Essas medidas podem ser observadas em vários níveis, como federal, estadual ou municipal e englobam planejamento, ação e avaliação. Um exemplo, no Brasil, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que delinea e regulamenta o sistema educacional do país.

Nesse contexto, o acesso à educação superior no Brasil ganha relevância, representando um tema de grande impacto social e político. A democratização desse acesso tem sido a finalidade de políticas públicas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

A guisa de informação, cabe fazer uma breve digressão para analisar os programas citados. O Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) são dois programas do governo federal, destinados a promover o acesso ao ensino superior. Ambos os programas foram criados na primeira década dos anos 2000 e desempenham um papel significativo na democratização do acesso ao ensino superior no país.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi criado em 2004 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Prouni é um programa que oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior. A iniciativa é voltada para estudantes que concluíram o ensino médio na rede pública ou na rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários-mínimos.

As bolsas são concedidas com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O programa tem sido bem-sucedido em promover a inclusão de estudantes de baixa renda no ensino superior e tem contribuído para o aumento do número de estudantes universitários no Brasil.

Já o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado em 1999 e reformulado em 2010, é um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos, em instituições de educação superior privadas.

O financiamento é concedido a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores que obtiveram avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Com juros baixos e prazos de pagamento mais longos, o FIES tem sido uma ferramenta importante para que estudantes possam cursar o ensino superior mesmo sem ter recursos para pagar as mensalidades integralmente durante o curso.

Ambos os programas, Prouni e FIES, foram criados com o objetivo de promover a democratização do acesso ao ensino superior, permitindo que um maior número de estudantes possa cursar uma graduação. No entanto, também enfrentam desafios, como a necessidade de maior transparência e critérios mais claros de seleção e financiamento, e a necessidade de garantir que os estudantes possam pagar os empréstimos do FIES após a conclusão de seus cursos.

Tanto o FIES quanto o PROUNI foram concebidos com o propósito de expandir o acesso à educação superior em um cenário predominantemente presencial. No momento de suas criações, o modelo de ensino a distância ainda não era tão desenvolvido e disseminado como o observamos hoje, portanto, não foi a base para a estruturação desses programas.

Originalmente, o FIES e o PROUNI foram criados para ajudar os estudantes que desejavam cursar uma graduação em uma IES presencial, porém, não tinham condições financeiras para tal. A concepção desses programas foi um marco significativo na educação brasileira, representando um esforço do governo para democratizar o acesso ao ensino superior e diminuir as disparidades socioeconômicas que limitam o acesso à educação de qualidade.

Com o avanço da tecnologia e a ascensão da EaD, esses programas foram adaptados para se tornarem aplicáveis a essa nova modalidade de ensino. A incorporação da EaD no FIES e no PROUNI demonstrou uma adaptação aos novos tempos e às novas necessidades educacionais da sociedade.

Historicamente, tanto o FIES quanto o PROUNI têm papel fundamental para muitos alunos que optam pela modalidade de ensino a distância, abrindo portas para a oportunidade de obter um diploma universitário, independentemente de sua localização geográfica ou situação socioeconômica. Cabe destacar que a sua utilização ocorre de modo adaptado, na medida em que os programas não foram sido criados originalmente pensando na EaD.

Contudo, ainda é preciso superar inúmeros desafios, principalmente em relação à abrangência e a eficácia dessas políticas, o que nos leva a considerar a necessidade de políticas públicas específicas voltadas à EaD.

A falta de políticas direcionadas para a EaD traz, consigo, um conjunto de problemas, entre eles a dificuldade de financiamento de equipamentos e acesso à internet de qualidade, bem como o custeio de energia elétrica.

Infelizmente, é cediço que há estudantes que não dispõem de recursos para adquirir equipamentos adequados ou garantir uma conexão de internet estável, o que, se estiver aliado à ausência de políticas de subsídios para o pagamento de contas de luz, pode tornar inviável a realização da educação a distância.

A falta de políticas públicas voltadas à EaD revela um panorama desafiador, pautado por dificuldades financeiras para aquisição de equipamentos, acesso à internet de qualidade e custeio de energia elétrica. Essas barreiras, muitas vezes, inviabilizam o acesso e a permanência de estudantes na modalidade a distância. Portanto, o desenvolvimento de estratégias políticas que possam minimizar essas dificuldades é crucial.

É importante que as políticas públicas destinem recursos para a criação de programas de financiamento ou de subsídios para aquisição de equipamentos essenciais à EaD. Tais políticas podem adotar critérios socioeconômicos para direcionar os recursos àqueles que mais precisam, assim como acontece com os programas Prouni e FIES.

Outra possibilidade seria o desenvolvimento de parcerias público-privadas (PPPs) com empresas de tecnologia para fornecimento de equipamentos a preços acessíveis ou até gratuitos para estudantes em situação de vulnerabilidade. Tais acordos seriam uma maneira de engajar o setor privado no esforço de expandir a EaD, ao mesmo tempo em que ofereceriam benefícios fiscais ou publicitários às empresas parceiras.

No tocante ao acesso à internet, um programa de ampliação da infraestrutura de banda larga em áreas rurais e periféricas poderia ser uma ação interessante a ser implementada.

Essa política pode ser realizada em parceria com empresas de telecomunicações, que por sua vez, poderiam receber incentivos fiscais ou outras formas de compensação. Adicionalmente, políticas que garantam a neutralidade da rede e impeçam a limitação do acesso à internet baseado no conteúdo consumido pelos usuários também são importantes para garantir um acesso equitativo à EaD.

No que diz respeito ao custeio de energia elétrica, é possível pensar em políticas de subsídios focadas em famílias com estudantes em EaD. Esse subsídio poderia ser proporcional ao número de estudantes na família e à renda familiar, garantindo que famílias de baixa renda não sejam sobrecarregadas com os custos da energia necessária para o estudo a distância.

Finalmente, essas políticas devem ser acompanhadas de estratégias de informação e conscientização, garantindo que os estudantes saibam como acessar e usufruir dos benefícios que elas proporcionam.

A implementação dessas políticas exige esforço e investimento, mas o retorno é inestimável: a expansão da educação a distância e a democratização do acesso ao ensino superior. Portanto, trata-se de um investimento na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro obstáculo significativo é a formação de professores capacitados para o ensino a distância. O vazio de políticas públicas que incentivem a formação docente focada no uso de novas tecnologias e na adaptação a métodos de ensino online pode resultar em uma EaD de qualidade comprometida.

A discussão acerca da EaD e das políticas públicas também não pode prescindir da análise constitucional. A CF/88 consagra o direito à educação como um dos pilares fundamentais da República Federativa do Brasil. Assim, qualquer política pública que almeje implementar a educação a distância precisa estar alinhada com os princípios constitucionais, tais como a garantia de igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

A EaD adquire uma relevância ainda maior quando consideramos moradores de regiões remotas. A possibilidade de que estudantes e professores possam ensinar e aprender independentemente de onde estiverem localizados amplia a flexibilidade e surge como uma ferramenta poderosa no combate às desigualdades regionais no âmbito educacional.

Ao abordar o panorama da EaD no Brasil, é importante destacar a carência de instituições públicas que oferecem essa modalidade de ensino. Essa lacuna resulta em uma dependência das instituições privadas, que nem sempre conseguem suprir as demandas de todos os estudantes. Por isso, é imprescindível a elaboração de um plano de expansão das instituições públicas de ensino superior à distância.

Desenvolver políticas públicas robustas voltadas para a EaD é uma necessidade premente em nossa sociedade cada vez mais digital. Essas políticas devem abordar vários aspectos, incluindo a criação de uma infraestrutura adequada, a capacitação de professores para o ensino a distância e a expansão do sistema público de educação a distância.

A infraestrutura é um dos pilares que sustenta a eficácia da educação a distância. Isso implica garantir que todos os estudantes, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenham acesso a equipamentos adequados, uma conexão de internet confiável e eletricidade. Tais iniciativas podem envolver a criação de programas de subsídios para aquisição de equipamentos tecnológicos, a expansão da banda larga em áreas rurais e periféricas, e a adoção de políticas de subsídios para o custeio de energia elétrica.

Em paralelo, é necessário investir na formação de professores para a EaD. A transição do ensino presencial para o online exige uma pedagogia distinta e a familiaridade com as novas tecnologias. Políticas públicas podem incentivar a formação docente através de cursos de capacitação, certificações e incentivos financeiros para professores que buscam aprimorar suas habilidades no ensino a distância.

Além disso, é fundamental expandir o sistema público de educação a distância. Embora as instituições privadas desempenhem um papel importante, o sistema público pode garantir a acessibilidade e a qualidade da educação para todos, independentemente de sua capacidade de pagar. Para tanto, é necessário um planejamento estratégico que inclua a criação de novas instituições de ensino a distância e a transformação das existentes para que possam oferecer cursos à distância.

Importante frisar que todas essas medidas devem estar em conformidade com as diretrizes constitucionais que garantem o direito à educação. Isso significa que elas devem buscar promover a igualdade de acesso à educação e garantir a qualidade do ensino oferecido.

Desse modo, as políticas públicas voltadas para a EaD representam um passo crucial para a democratização do ensino superior. Elas têm o potencial de romper as barreiras geográficas, financeiras e sociais que impedem muitos estudantes de prosseguir seus estudos. Contudo, a implementação dessas políticas deve ser cuidadosamente planejada e constantemente avaliada para garantir que elas atendam às suas metas e promovam uma educação justa e de alta qualidade para todos.

Por derradeiro, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas robustas voltadas para a EaD, contemplando aspectos como infraestrutura, capacitação docente e expansão do sistema público. A implementação dessas medidas deve sempre estar em conformidade com as diretrizes constitucionais e visar, sobretudo, a garantia de acesso igualitário e a qualidade do ensino.

3.4 As avaliações externa *in loco* do Ministério da Educação e a qualidade de ensino

A Avaliação Externa *In Loco* conduzida pelo Ministério da Educação - MEC representa uma engrenagem importante na manutenção e garantia da qualidade do ensino superior no Brasil. Quando voltada para os cursos EaD, essa avaliação assume características singulares e indispensáveis, transformando-se em um componente essencial para a validação e o refinamento dos programas ofertados nessa modalidade.

As peculiaridades dos cursos EaD, que os diferenciam significativamente dos cursos presenciais, demandam um olhar distinto durante a avaliação. Aspectos como a metodologia de ensino adotada, os recursos tecnológicos empregados, a adaptação dos conteúdos para o formato digital, a capacitação do corpo docente para a prática do ensino remoto e a qualidade do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) são cruciais na avaliação desses cursos.

No processo avaliativo dos cursos EaD, diversos elementos são observados e analisados. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) se destaca entre eles, e no contexto EaD, ele deve apresentar uma descrição clara e detalhada da metodologia de ensino a distância adotada, além de explicitar os recursos e estratégias destinados ao desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos.

Os materiais didáticos especialmente produzidos para os cursos EaD também desempenham um papel fundamental na avaliação. É crucial que sejam elaborados considerando as especificidades da EaD, incorporando recursos multimídia, interativos e inovadores que estimulem o engajamento e a aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, a utilização de tecnologias diversificadas, como vídeos, podcasts e infográficos, torna-se um componente fundamental para enriquecer a experiência de aprendizado.

A qualidade do AVA é outro elemento que merece atenção na avaliação dos cursos EaD. Este ambiente deve proporcionar uma experiência de aprendizado completa, intuitiva e interativa, facilitando o acesso aos conteúdos, atividades e avaliações, bem como promovendo a interação entre alunos e professores. Além disso, deve disponibilizar ferramentas que permitam acompanhar o desempenho dos alunos e um canal eficiente de suporte técnico e pedagógico.

Com a pandemia de COVID-19, surgiram novos desafios e necessidades, o que levou à implementação da avaliação virtual *in loco* pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em abril de 2021. Essa modalidade de avaliação, realizada por meio da plataforma Microsoft Teams, segue a mesma metodologia da avaliação presencial, garantindo o rigor acadêmico, técnico e metodológico das análises institucionais e dos cursos de graduação. Durante essas

visitas virtuais, os avaliadores analisam documentos, entrevistam representantes institucionais e docentes, avaliam as instalações físicas da instituição e verificam os sistemas de informática utilizados.

Esta prática, instituída pela Portaria 165/2021 emitida pelo INEP/MEC, viabilizou a continuidade da avaliação externa de cursos e instituições de educação superior de forma remota, em face das restrições impostas pela pandemia. No entanto, é fundamental garantir que estas avaliações mantenham seu foco na qualidade do ensino e não apenas na tecnologia empregada.

Estudos¹⁷ acerca da avaliação externa virtual *in loco* sinalizam para um possível desvio no sentido de valorizar excessivamente os recursos tecnológicos em detrimento da cultura, missão, valores e identidade das instituições de educação superior. A tecnologia, embora seja uma ferramenta crucial para a educação a distância, não deve ofuscar o objetivo primordial, que é garantir a qualidade do ensino. Portanto, mesmo na era digital, a essência da educação - o processo de ensino e aprendizagem - deve permanecer no cerne da avaliação.

Conforme assevera PAIVA et al, uma avaliação restrita e que considere somente uma parte da Instituição, pode também encobrir suas dificuldades e fragilidades, bem como ignorar resultados exitosos (2021, p. 18)

As avaliações, sejam elas presenciais ou virtuais, são de suma importância para garantir a qualidade do ensino. Tais avaliações desempenham um papel fundamental na identificação de pontos fortes e áreas de melhoria, possibilitando a elaboração e implementação de estratégias eficazes para melhorar a qualidade do ensino.

Os recursos tecnológicos, apesar de serem ferramentas essenciais, não são garantidores de qualidade por si só. Esta depende de uma série de fatores, como um projeto pedagógico bem elaborado e implementado, um corpo docente qualificado e engajado, estratégias de ensino-aprendizagem efetivas, materiais didáticos adequados e um ambiente de aprendizagem propício.

A adoção de avaliações virtuais *in loco* pode representar um significativo avanço para a garantia da qualidade da educação superior no Brasil, sobretudo se considerarmos a facilidade logística proporcionada por esse formato. Este cenário de visitas virtuais permite um aumento potencial no número de avaliadores envolvidos no processo e a agilização das avaliações, devido à redução do tempo necessário para o deslocamento dos avaliadores.

¹⁷ Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Avaliação Externa Virtual *in Loco* : desafios da implementação e análise dos primeiros resultados. Brasília, DF : Inep, 2022.

Conforme dados colacionados no relatório expedido pela DAES¹⁸, a maioria dos docentes (87,8%) não sofre limitações por parte de suas instituições em relação ao número de afastamentos para participação em comissões avaliadoras e ao número de avaliações que podem realizar por semestre. Além disso, 54,8% dos docentes indicaram que podem realizar 4 ou mais avaliações por semestre. Isso demonstra uma disponibilidade significativa dos docentes para participar das avaliações (2022, p. 13)

Os dados citados no relatório da DAES trazem uma perspectiva interessante sobre a participação dos docentes em comissões avaliadoras. Com 87,8% dos professores não enfrentando restrições de suas instituições em relação ao número de afastamentos para participação em comissões e ao número de avaliações que podem realizar por semestre, evidencia-se um certo grau de autonomia e comprometimento dos profissionais da educação para com processos avaliativos.

Ainda mais significativo é o fato de que mais da metade (54,8%) dos docentes possuem a capacidade de realizar 4 ou mais avaliações por semestre. Isso denota um comprometimento expressivo com a avaliação educacional, o que pode ser visto como um reflexo da valorização da garantia da qualidade do ensino nas instituições.

No entanto, apesar desses números apontarem para um cenário positivo, é importante considerar que a participação em comissões avaliadoras não deve ser vista apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos. A eficácia dessas avaliações não depende apenas da disponibilidade dos docentes, mas também de sua formação, preparação e engajamento na execução dessas atividades.

Além disso, é importante ressaltar que a participação em comissões avaliadoras é uma tarefa adicional às responsabilidades de ensino, pesquisa e extensão dos docentes, que já possuem uma carga de trabalho considerável. Por isso, a gestão dessas atividades deve ser feita de forma a evitar sobrecargas que possam comprometer a qualidade do trabalho do professor em todas as suas dimensões.

Por fim, esses dados demonstram a relevância de aprimorar continuamente os processos de formação e capacitação dos docentes para a atuação em comissões avaliadoras, garantindo que eles possam contribuir efetivamente para a promoção da qualidade do ensino superior.

Neste sentido, a realização de avaliações externas virtuais *in loco* abre um novo leque de possibilidades para o envolvimento de um número maior de docentes nas atividades de avaliação, contribuindo para uma análise mais diversificada e abrangente.

¹⁸ *Idem, ibidem.*

A ausência do deslocamento físico também permite uma maior flexibilidade na agenda dos avaliadores, favorecendo a realização de mais avaliações em um período mais curto, o que pode agilizar significativamente o processo de avaliação.

Além disso, a aceitação de um número maior de profissionais aptos a realizar o processo avaliativo pode contribuir para uma maior democratização do processo, favorecendo a diversidade de olhares e experiências e, conseqüentemente, aprofundando a qualidade das análises.

A implementação de avaliações virtuais in loco ofereceu um mecanismo mais dinâmico para avaliar a qualidade da educação superior. Essa modalidade aproveita as tecnologias digitais para reunir a expertise de uma variedade maior de profissionais, proporcionando uma avaliação mais ágil e completa. Entretanto, qualquer transição para este formato deve ser feita com uma atenção meticulosa aos detalhes, assegurando que os padrões de qualidade sejam preservados e que a integridade da avaliação não seja comprometida.

As avaliações externas virtuais in loco não devem ser meramente concentradas nos recursos tecnológicos à disposição, mas sim, na eficácia destes recursos em promover uma educação de alta qualidade.

É crucial que a avaliação confirme se esses recursos tecnológicos estão sendo aplicados de forma efetiva e se o PPC está sendo devidamente executado. Isso implica em um exame rigoroso da infraestrutura tecnológica, das práticas pedagógicas digitais e das metodologias de ensino utilizadas, bem como da adequação dos conteúdos ministrados e da capacidade dos estudantes de atingir os objetivos de aprendizagem propostos.

O PPC é a coluna vertebral de qualquer programa educacional, presencial ou à distância, que define seus objetivos e estratégias pedagógicas, bem como a forma como a instituição irá avaliar seu próprio desempenho e o de seus estudantes. No contexto de cursos EaD, o PPC assume um papel ainda mais importante, dada a necessidade de adaptação e criação de estratégias de ensino que se adequem ao ambiente digital.

Quando falamos de idiosincrasias regionais, o desafio aumenta. Cada região possui características, necessidades e contextos únicos, que devem ser considerados na elaboração do PPC. É imprescindível que o curso EaD seja sensível a essas particularidades, seja na escolha de conteúdos, na abordagem pedagógica ou na utilização de tecnologias. O PPC deve, portanto, ser construído com um olhar voltado para a realidade local, considerando as especificidades socioculturais e econômicas de cada região.

Entretanto, como citado no texto, o projeto pedagógico não deve ser simplesmente uma obrigação burocrática. Ele deve ser um documento vivo,

constantemente revisitado, adaptado e atualizado para refletir tanto a evolução do contexto no qual a instituição de ensino está inserida, quanto as mudanças nas necessidades e nos perfis dos estudantes. A construção do PPC deve ser um processo coletivo, envolvendo todos os atores do processo educativo, como gestores, professores, estudantes e a comunidade local.

Em relação à avaliação, ela deve ir além da verificação da aplicação efetiva de recursos tecnológicos. Deve-se examinar se o PPC está sendo cumprido e se está alcançando seus objetivos pedagógicos. Isso requer a avaliação de aspectos como a adequação do conteúdo ministrado, a efetividade das metodologias de ensino utilizadas, a capacidade dos estudantes de atingir os objetivos de aprendizagem propostos e a conformidade do curso com as características e necessidades da região.

A construção de um PPC para cursos EaD que considerem a idiosincrasia da região é um processo complexo que demanda reflexão, sensibilidade e envolvimento de todos os atores do processo educativo. É um desafio que, se bem executado, pode contribuir significativamente para a qualidade da educação superior à distância.

Ao analisar o contexto específico do Vale do Ribeira, uma região conhecida por sua rica diversidade étnico-racial e por seu patrimônio ambiental excepcional, podemos identificar oportunidades significativas para o desenvolvimento de trabalhos de alta qualidade nestas áreas.

A Educação das Relações Étnico-Raciais representa uma dimensão significativa na educação brasileira, especialmente em uma região como o Vale do Ribeira, marcada por uma pluralidade étnico-racial. O desafio aqui é desenvolver projetos pedagógicos que promovam a valorização das diferenças, o respeito à diversidade e o combate ao racismo. Além disso, é fundamental garantir a inclusão de todos os grupos étnico-raciais na construção desses projetos, respeitando e valorizando suas histórias, culturas e contribuições.

O Ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena é outro indicador crucial, dado o rico mosaico cultural presente na região. É importante que o PPC integre o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena de maneira transversal, tornando-o parte integrante de todas as disciplinas e não apenas de momentos específicos ou isolados. Isso possibilita uma compreensão mais profunda e abrangente dessas culturas, bem como um maior respeito e valorização de suas contribuições para a sociedade brasileira.

Por fim, as Políticas de educação ambiental são de grande relevância em uma região de grande biodiversidade e riqueza natural como o Vale do Ribeira. O PPC deve promover a conscientização ambiental, a sustentabilidade e a conservação da biodiversidade local. Além disso, é importante que os estudantes sejam encorajados a

se envolverem ativamente na proteção do meio ambiente, através de projetos práticos e atividades de campo.

Vê-se, ao analisar alguns dos instrumentos de avaliação, que o Vale do Ribeira possui condições de promover trabalhos acadêmicos relevantes, capazes de vincular a região à questões de grande importância.

O Vale do Ribeira oferece um contexto singular para o desenvolvimento de programas de ensino de alta qualidade que atendam a esses três indicadores. É essencial, no entanto, que essas iniciativas sejam construídas de maneira participativa.

Porém, é fundamental que os avaliadores estejam preparados e possuam a expertise necessária para realizar uma análise precisa e justa. Estes profissionais devem ser capazes de compreender a complexidade da educação superior, considerando as particularidades de cada instituição e curso. Este conhecimento aprofundado permitirá que os avaliadores levem em conta a diversidade de contextos e modelos de ensino, assegurando que a avaliação seja relevante e apropriada.

É fundamental que haja um diálogo aberto e uma discussão ampla sobre esse novo processo de avaliação, para garantir que esteja alinhado com as necessidades específicas de cada instituição e curso.

Portanto, é válido ressaltar que as avaliações, sejam elas presenciais ou virtuais, desempenham um papel crucial na garantia da qualidade na educação superior brasileira. Entretanto, a ênfase deve estar na qualidade do ensino, e não apenas nos recursos tecnológicos utilizados. A qualidade da educação oferecida deve ser a prioridade e o objetivo final de qualquer processo de avaliação, refletindo o propósito central da educação: promover um aprendizado efetivo e significativo.

4. A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO VALE DO RIBEIRA: DESAFIOS DE UMA GRANDE REGIÃO

Neste capítulo, discutiremos o potencial da EaD como uma modalidade e ferramenta de democratização do ensino superior na região, levando em consideração as ações propostas no Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira (PDES-VR 2020).

A região do Vale do Ribeira, situada no sul do estado de São Paulo, desponta como um cenário de rica diversidade cultural e ambiental, cujas raízes históricas remontam aos primórdios da civilização brasileira. O berço da história nacional encontra-se nas terras que abrigaram as primeiras expedições exploratórias, destacando Cananeia como um dos marcos fundadores do Brasil.

No século XVI, entra em cena uma figura emblemática ao Vale do Ribeira: o famoso Bacharel de Cananéia. Esse misterioso personagem histórico, cuja identidade permanece envolta em mistério.

Um personagem que, segundo registros históricos, se chamava Cosme Fernandes e, sabe-se Deus como chegou a essa terra, por razões também desconhecidas, fez parte da história pré-colonial brasileira, pois se estima que o mesmo chegou à Terra Santa Cruz antes mesmo de Cabral. Como degredado, boa coisa certamente não fez para ter sido extirpado de terras portuguesas. Em 1528, quando a expedição do navegador espanhol Diego Garcia, esteve na região, esteve com Cosme Fernandes, que viva entre os índios, tendo inclusive tomado, para si, seis nativas como suas esposas. Nas palavras de Viera (2012, p. 54):

A história da origem de Cosme Fernandes e a transfiguração do seu nome em um apelido que se transmuta em *persona* histórica indicam verdades travestidas, imprecisões que rondam o terreno da realidade e indefinições entre a pessoa e a personagem.

Martim Afonso de Sousa, ilustre explorador e administrador português, também foi figura de destaque nessa região histórica. Foi ele quem, em 1531, fundou a Vila de Cananéia, tornando-se um marco no processo de ocupação e consolidação do território brasileiro. A partir desse ponto de partida, a história do Vale do Ribeira se entrelaça com a construção da identidade nacional, influenciando a trajetória educacional da região.

Este quadro ilustra o profundo entrelaçamento do Vale do Ribeira com a rica tapeçaria histórica do Brasil. Nestas paragens, persistem ainda hoje diversas comunidades que são testemunhas vivas de nosso passado: encontramos, por exemplo, os Quilombos de Ivaporunduva, São Pedro, Nhunguara, Pedro Cubas, Poça

e Abobral, todos situados na cidade de Eldorado, que carregam consigo a história de resistência afro-brasileira.

Adicionalmente, esta região se destaca pela preservação ambiental, ostentando a maior parcela intacta da Mata Atlântica no país. Esse fragmento do bioma é de uma relevância imensa, representando 61% da Mata Atlântica remanescente no Brasil. Além disso, a região abriga 150.000 hectares de restinga e 17.000 de manguezais¹⁹, verdadeiros tesouros naturais que funcionam como berçários para diversas espécies da fauna e flora.

Na cidade de Pariquera-Açú, há uma tribo indígena, os Guarani Mbya, que preservam tradições ancestrais e mantém viva a cultura de nossos primeiros habitantes. Ademais, também se destacam as comunidades ribeirinhas estabelecidas em Cananéia, Iguape e Ilha Comprida, que convivem de forma estreita com a natureza e o curso dos rios, moldando seu modo de vida em harmonia com o ambiente ao seu redor.

Portanto, o Vale do Ribeira não é apenas uma extensa região geográfica, mas também, um rico microcosmo que engloba diversos aspectos do passado e do presente brasileiro, resguardando tradições e histórias que nos permitem uma visão mais ampla e diversa de nossa identidade nacional, além de proteger e conservar uma parcela significativa da nossa biodiversidade.

Todavia, apesar desse passado relevante e da sua riqueza natural, os desafios atuais, especialmente aqueles enfrentados pela Educação Superior no Vale do Ribeira são inegáveis. Ainda que suas raízes históricas sejam sólidas, a região enfrenta dificuldades em promover a expansão do ensino superior e garantir a oferta de oportunidades acadêmicas para a população local. A preservação da cultura e do patrimônio histórico é vital, mas é igualmente fundamental fomentar o acesso ao conhecimento e à educação de qualidade para o desenvolvimento da sociedade.

A necessidade de avanços na educação superior no Vale do Ribeira é, portanto, crucial. A região, rica em tradições e história, deve aliar sua herança cultural a iniciativas que visem o progresso educacional de sua população. O foco não deve ser apenas na preservação de seu passado, mas também na construção de um futuro que inclua a formação acadêmica de qualidade para seus habitantes.

Essa demanda por aprimoramento na educação superior se faz ainda mais evidente quando consideramos a realidade de muitos jovens da região. Diversos deles necessitam se deslocar para outros municípios - ou até mesmo para outros estados -

¹⁹ FUNARTE. Homenagem fotográfica ao Vale do Ribeira toma a forma de livro. Disponível em <<https://www.gov.br/funarte/pt-br/assuntos/noticias/todas-noticias/homenagem-fotografica-ao-vale-do-ribeira-toma-a-forma-de-livro#:~:text=O%20ecossistema%20%E2%80%9CAbriga%2061%25%20da,regi%C3%A3o%20Patrim%C3%B4nio%20Natural%20da%20Humanidade>>. Acesso em 28 jul. 2023.

em busca de oportunidades educacionais que não encontram em suas localidades de origem. Essa situação sublinha a urgência de se promover a expansão do ensino superior na região, garantindo assim o acesso à educação de qualidade para a população local.

Ademais, ao investir na educação superior, o Vale do Ribeira estaria não apenas oferecendo uma oportunidade para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, mas também potencializando o desenvolvimento socioeconômico local. A educação superior pode proporcionar o surgimento de mais profissionais qualificados, que contribuirão para a economia da região, além de incentivarem pesquisas e estudos voltados para a própria realidade do Vale, promovendo assim, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

O desafio atual para o Vale do Ribeira é encontrar meios de promover a expansão da educação superior sem descuidar de sua rica história e biodiversidade. Esse equilíbrio entre passado e futuro, entre conservação e inovação, é o que poderá guiar a região rumo a um desenvolvimento educacional e socioeconômico que beneficie tanto seus habitantes quanto o país como um todo.

Assim, faz-se imprescindível enfrentar os desafios presentes, honrando a história ancestral do Vale do Ribeira e buscando soluções que impulsionem a Educação Superior na região. Investimentos em infraestrutura educacional, valorização do ensino técnico e tecnológico, além de políticas de inclusão que contemplem as particularidades regionais, são alguns dos caminhos possíveis para estimular o crescimento acadêmico e socioeconômico dessa grande área geográfica.

Ao reconhecer a importância histórica do Vale do Ribeira e abraçar os desafios educacionais com determinação e visão de futuro, o Brasil pode reafirmar seu compromisso com o progresso e com a valorização da educação como alicerce fundamental para o desenvolvimento de uma nação próspera e inclusiva.

Deste modo, olhar para a história é um convite para inspirar o presente e construir um futuro promissor, onde o conhecimento seja o pilar sustentável que impulsiona o Vale do Ribeira a se destacar não apenas por sua exuberância natural e cultural, mas também pela excelência acadêmica e pela formação de uma sociedade cada vez mais preparada para os desafios do amanhã.

4.1 A EaD como ferramenta de democratização do Ensino Superior no Vale do Ribeira

A EaD tem se mostrado uma alternativa viável e eficiente para a democratização do ensino superior em diversas regiões do Brasil. No entanto, é necessário analisar como essa modalidade de ensino pode ser aplicada de forma efetiva no Vale do Ribeira, considerando suas particularidades socioeconômicas e educacionais.

O Vale do Ribeira enfrenta desafios significativos em relação à educação, especialmente no ensino médio e no acesso ao ensino superior. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), as notas dos alunos diminuem consideravelmente no ensino médio, principalmente nas escolas públicas estaduais. Além disso, a região carece de instituições de ensino superior e de oportunidades de formação e capacitação para os jovens.

Focando especificamente nas instituições de ensino da rede pública, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)²⁰ do Vale do Ribeira em 2019 apresentou uma pontuação de 6,4 para os anos iniciais do Ensino Fundamental, 5,2 para os anos finais do mesmo segmento, e 4,0 para o Ensino Médio.

Esses valores, apesar de estarem alinhados às médias do estado de São Paulo, indicam uma necessidade de avanço nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, segmentos que ainda não atingiram a média desejada de 6,0.

Por outro lado, é relevante destacar que esses números representam um progresso em comparação com as estatísticas de 2009, sinalizando uma evolução na qualidade da educação oferecida na região. Todavia, persiste o desafio de elevar ainda mais esses índices, particularmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de forma a alcançar e possivelmente superar a média estadual.

A EaD pode auxiliar na democratização do ensino superior no Vale do Ribeira, superando barreiras geográficas e oferecendo oportunidades de formação para um maior número de estudantes. Através da utilização de tecnologias de comunicação e informação, é possível levar o ensino superior para áreas remotas e de difícil acesso, como é o caso de muitas comunidades do Vale do Ribeira.

Essas ações, como bem apresenta Schlesener (p.210, p. 2019) e considerando o antagonismo das classes sociais existentes, devem ser consideradas dentro da construção da sociabilidade e, como tal, sempre terá um significado político.

²⁰ SÃO PAULO. Observatório de Indicadores na Educação do Vale do Ribeira. Disponível em <https://www.valedofuturo.sp.gov.br/observatorio-de-indicadores/indicadores_educacao.php>. Acesso em 28 jul. 2023.

A EaD, ao democratizar o acesso ao ensino superior, tem potencial não só de qualificar profissionalmente os membros das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, mas também de valorizar e fortalecer suas culturas. Isso pode ser realizado ao se oferecer cursos e disciplinas que se relacionem diretamente com a realidade e os saberes dessas comunidades. Além disso, os conhecimentos adquiridos poderiam ser aplicados em melhorias concretas para suas próprias localidades.

Por exemplo, cursos na área ambiental poderiam estimular estudos sobre a biodiversidade local e estratégias de manejo sustentável dos recursos naturais. Já cursos na área de gestão poderiam capacitar líderes comunitários a administrar melhor os recursos e projetos de suas comunidades. A formação de professores, por sua vez, poderia melhorar a educação básica nas localidades mais remotas.

Além disso, a EaD também pode ser uma ferramenta para a preservação da cultura e história dessas comunidades. Através de plataformas digitais, é possível documentar, divulgar e estudar as tradições, histórias e modos de vida desses grupos, contribuindo para a manutenção de sua identidade cultural e para o enriquecimento do patrimônio cultural brasileiro.

A EaD, portanto, não é apenas uma solução para superar a distância geográfica, mas também pode ser uma estratégia para o fortalecimento das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, aprimorando o que há de melhor em sua cultura, promovendo a conservação ambiental e fomentando o desenvolvimento social e econômico da região.

Além disso, a EaD pode ser uma solução para a falta de instituições de ensino superior na região. Por meio de parcerias entre universidades e centros de pesquisa, é possível oferecer cursos e programas de formação de qualidade, utilizando a infraestrutura já existente.

No que concerne às Ações propostas no PDES-VR para a EaD no Vale do Ribeira, o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira (PDES-VR 2020)²¹ reconhece a importância da Educação a Distância como uma ferramenta de democratização do ensino superior na região. Dentre as ações propostas no plano, em síntese, destacam-se:

1. Ampliar a divulgação dos cursos existentes relacionados à informática para web, gestão de mídias sociais, comunicação e marketing digital, principalmente entre os jovens. Essa medida visa incentivar o acesso à formação profissionalizante e capacitar os estudantes para as demandas do mercado de trabalho atual.

²¹ SÃO PAULO. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira PDES-VR 2020. Disponível em <<https://pdesvr.ipt.br/wp-content/uploads/sites/6/2022/06/PDES-VR-2020.pdf>>. Acesso em 28 jul 2023.

2. Oferecer cursos descentralizados que abranjam os territórios do Vale do Ribeira. Essa ação visa levar a educação superior para áreas remotas e de difícil acesso, garantindo que todos os estudantes tenham a oportunidade de se qualificar e obter um diploma de ensino superior.

3. Criar cursos de EaD nas áreas mencionadas anteriormente, utilizando as tecnologias de comunicação e informação disponíveis. Essa medida permitirá que os estudantes tenham acesso a conteúdo de qualidade, mesmo sem a presença física em uma instituição de ensino superior. (SÃO PAULO, 2023).

Apesar do potencial da EaD como ferramenta de democratização do ensino superior no Vale do Ribeira, é importante destacar alguns desafios que precisam ser superados. Um deles é a infraestrutura de internet na região, que ainda é precária em algumas áreas. Para que a EaD seja efetiva, é necessário garantir uma conexão estável e de qualidade para todos os estudantes.

Além disso, é necessário considerar as particularidades socioeconômicas do Vale do Ribeira. A região possui uma economia baseada principalmente na agricultura e pecuária, o que pode influenciar na disponibilidade de recursos financeiros para investimentos em tecnologia e infraestrutura educacional.

No entanto, essa mesma base econômica pode ser uma oportunidade para a EaD, uma vez que a modalidade de ensino pode ser adaptada para atender às necessidades específicas dos setores agrícolas e pecuários da região.

Outra oportunidade é a diversificação da produção agrícola e florestal no Vale do Ribeira. O PDES-VR destaca a importância de investir em culturas como a banana, a pupunha e a produção florestal, além de incentivar a criação de animais como o búfalo. A EaD pode contribuir para capacitar os agricultores e pecuaristas, oferecendo cursos e programas de formação específicos para essas áreas, promovendo o desenvolvimento sustentável e a geração de renda no Vale do Ribeira.

Outra oportunidade é o fortalecimento do turismo no Vale do Ribeira. A região possui uma rica diversidade natural, com suas Unidades de Conservação e o maior contínuo de Mata Atlântica do país. Atrativos como sambaquis, patrimônios arqueológicos e históricos, além da geodiversidade e do potencial para o geoturismo, podem ser explorados para impulsionar o setor turístico na região.

O Vale do Ribeira, com sua impressionante diversidade natural e cultural, detém um potencial significativo para o fortalecimento e expansão do turismo. Sua rica flora e fauna, aliada às suas Unidades de Conservação e ao maior contínuo de Mata Atlântica do país, proporcionam uma infinidade de opções para a exploração do ecoturismo e do turismo de aventura.

Além disso, os sambaquis²² e patrimônios arqueológicos e históricos da região oferecem uma oportunidade para o turismo cultural e histórico, permitindo aos visitantes uma imersão na cultura local e na história brasileira. Como já citado acima, a geodiversidade da região, juntamente com seu potencial para o geoturismo, complementa a gama de opções para os visitantes, tornando o Vale do Ribeira um destino turístico multidimensional.

Contudo, para que o turismo alcance seu potencial pleno e contribua efetivamente para a economia local, é crucial que exista um corpo de profissionais bem-preparados para gerenciar e operacionalizar as atividades turísticas. Aqui, a EaD pode ter um papel decisivo, oferecendo cursos de capacitação em várias áreas do turismo.

Cursos EaD em gestão hoteleira podem preparar os profissionais locais para oferecer serviços de hospedagem de alta qualidade, enquanto cursos para guias turísticos podem capacitar indivíduos para conduzir visitantes com segurança e conhecimento através das diversas atrações naturais e culturais da região. Além disso, a formação em áreas como marketing de turismo, gestão de destinos e sustentabilidade no turismo pode contribuir para a criação de um setor turístico robusto, diversificado e sustentável.

Ademais, a EaD pode proporcionar a oportunidade de desenvolver habilidades em empreendedorismo no setor turístico. Essas habilidades podem permitir aos moradores locais criar e gerir os seus próprios negócios turísticos, contribuindo para o desenvolvimento econômico local e para a diversificação da economia regional.

A EaD pode desempenhar um papel importante no fortalecimento do turismo no Vale do Ribeira, fornecendo a formação necessária para os profissionais do setor, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e potencializando a geração de renda local. Investir em EaD na área de turismo é, portanto, uma estratégia importante para valorizar a riqueza natural e cultural do Vale do Ribeira e garantir o seu futuro econômico.

No entanto, é necessário superar alguns desafios para aproveitar plenamente essas oportunidades. Um deles é a necessidade de investimentos em infraestrutura turística, como hospedagem, transporte e sinalização adequada dos atrativos. Além disso, é fundamental promover a conscientização ambiental e cultural entre os

²² Os sambaquis são sítios constituídos por várias camadas de areia, terra e conchas, construídos de forma contínua, com alguns ativos por milhares de anos. Dentro deles, encontram-se inúmeros vestígios de atividade humana, como artefatos líticos, ósseos e de conchas, fogueiras, sepultamentos humanos e remanescentes de animais e plantas. É devido às formas como foram construídos e aos vestígios neles encontrados que os sambaquis são considerados sítios complexos, e essa riqueza e complexidade nos fornecem informações sobre quem eram os sambaqueiros, como eram suas vidas e costumes.

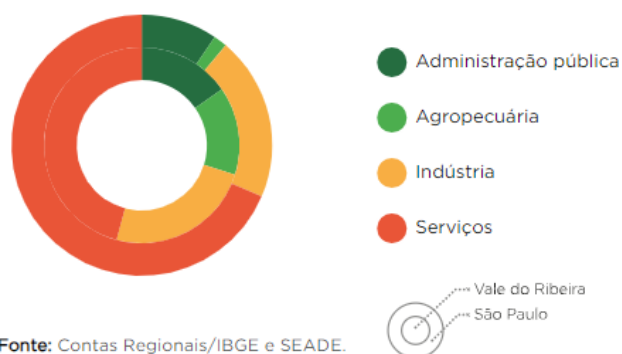
moradores locais, para que eles se tornem agentes ativos no desenvolvimento do turismo sustentável na região.

Um indicador econômico que traduz os desafios acima referidos é o Valor Adicionado Bruto (VAB). Ele representa o valor que cada setor contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) de um território. Através da análise da composição setorial do VAB, é possível identificar a participação e o impacto de diversas atividades na economia de uma região.

Em 2019, a distribuição do VAB²³ no Vale do Ribeira foi de 45,8% para Serviços, 24,3% para Indústria, 14,6% para Agropecuária e 15,3% para Administração Pública. Esses números mostram que, apesar da predominância dos serviços, ainda há uma forte dependência da agropecuária e da indústria, como se pode verificar pelo gráfico abaixo:

Gráfico 05: Distribuição do valor adicional bruto

Distribuição do Valor Adicionado Bruto (VAB) por setor da atividade



Fonte: Governo do Estado de São Paulo/IBGE

No contexto atual do Vale do Ribeira, é possível observar uma forte presença dos setores de agropecuária e administração pública, quando comparado com o panorama geral do estado de São Paulo. Essa característica impõe a necessidade de uma capacitação direcionada para esses campos, de forma a maximizar a eficiência e produtividade nessas áreas.

No que concerne à administração pública, a formação e aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos é crucial para a promoção de uma gestão eficiente e eficaz. É necessário desenvolver competências relacionadas à gestão de recursos, planejamento estratégico, liderança, além de fomentar a inovação e a transparência nas ações

²³ SÃO PAULO. Indicadores do Mercado de Trabalho. Disponível em <https://www.vale.dofuturo.sp.gov.br/observatorio-de-indicadores/indicadores_economia_mercado_trabalho.php>. Acesso em 28 jul. 2023.

públicas. A qualificação constante dos servidores públicos pode resultar em melhorias significativas na entrega de serviços à população e no uso otimizado dos recursos públicos.

Quanto à agropecuária, a capacitação pode assumir um papel transformador, auxiliando os produtores a adotar práticas mais sustentáveis e tecnológicas, sem deixar de lado o respeito à biodiversidade e à cultura local. A formação em áreas como agronomia, zootecnia, gestão agrícola e agroecologia, por exemplo, pode contribuir para o aumento da produtividade, a diversificação da produção, a redução de perdas e a sustentabilidade ambiental. Além disso, o conhecimento pode auxiliar os produtores a se adaptarem melhor às mudanças climáticas e a lidarem com possíveis pragas e doenças de maneira mais eficaz.

Nesse sentido, a oferta de cursos de capacitação e a implementação de programas de treinamento direcionados para esses setores, possivelmente em modalidade de ensino a distância para alcançar os profissionais mais remotos, se fazem imprescindíveis. Ao investir na formação e capacitação desses profissionais, pode não só potencializar o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Ribeira, como também assegurar a preservação de seu patrimônio natural e cultural.

Esse panorama sugere a necessidade de uma diversificação econômica na região do Vale do Ribeira que, como já relatado, ainda é bastante dependente da agricultura e pecuária. Tal diversificação poderia favorecer o desenvolvimento de outros setores econômicos e reduzir a vulnerabilidade da região a flutuações no mercado agrícola.

Nesse contexto, a EaD pode ser um instrumento para proporcionar uma educação de qualidade, que capacite empreendedores e profissionais em diversas áreas. Essa capacitação pode incentivar a diversificação da produção e a criação de novos negócios na região.

Outra possibilidade é a oferta de Cursos de formação e qualificação que atendam às demandas específicas do mercado local e regional podem ser promovidos por meio da EaD. Dessa forma, a modalidade poderia facilitar o acesso a conhecimentos e competências necessários para a inovação e a criação de soluções para os desafios locais, incentivando o espírito empreendedor e a criação de *start-ups* na região.

Assim, ao pensar em políticas públicas para a EaD, é crucial considerar o papel estratégico que esta modalidade de ensino pode desempenhar na diversificação e no desenvolvimento econômico do Vale do Ribeira. Esta modalidade de ensino pode ser o impulso que a região precisa para expandir seu VAB para além dos setores tradicionais e impulsionar um crescimento econômico mais sustentável e inclusivo.

Outro desafio a ser enfrentado é a necessidade de promover a inclusão digital na região. A falta de acesso à tecnologia e a baixa familiaridade com o uso de dispositivos eletrônicos podem dificultar a participação dos estudantes na modalidade de EaD. É necessário investir em programas de inclusão digital, oferecendo acesso gratuito à internet e capacitando a população local no uso das tecnologias.

Além disso, é importante garantir a qualidade dos cursos oferecidos na modalidade de EaD. É fundamental que os conteúdos sejam atualizados e relevantes para as demandas do mercado de trabalho, além de contar com uma equipe de professores qualificados e preparados para o ensino a distância. A avaliação constante dos cursos e a implementação de mecanismos de *feedback* dos estudantes são essenciais para garantir a efetividade da educação a distância no Vale do Ribeira.

A oferta, seja das graduações ou dos cursos superiores de tecnologia na modalidade EaD, necessitam ser cuidadosamente planejadas, levando em consideração o perfil regional e as idiossincrasias da população a ser atendida. É fundamental que a oferta de tais cursos seja personalizada de acordo com as particularidades de cada região, tal como já comentamos anteriormente. Deve-se considerar as demandas do mercado de trabalho local e as características culturais, sociais e econômicas da área.

Essa perspectiva regionalizada e personalizada permite criar programas de ensino que são mais relevantes e eficazes, alinhados com as aspirações, necessidades e potencialidades da comunidade local.

Por exemplo, um curso EaD voltado para uma região rural poderia abranger temas como a agricultura sustentável, gestão de recursos naturais ou economia rural. Já para uma região industrializada, os cursos poderiam abordar temas como engenharia, tecnologia ou administração.

A exemplo disso, para uma região com forte presença de comunidades tradicionais, como o Vale do Ribeira, poderiam ser ofertados cursos EaD focados em temas como etnoeducação, gestão de comunidades tradicionais e práticas de conservação ambiental. Este tipo de curso poderia auxiliar na valorização da cultura local, na preservação de tradições e na promoção de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais.

Em regiões costeiras, a oferta de cursos EaD na área de ciências do mar, gestão costeira ou turismo sustentável poderia ser uma opção relevante. Estes cursos permitiriam aos estudantes adquirir conhecimentos específicos para a exploração sustentável dos recursos marinhos e para a gestão eficiente das zonas costeiras, contribuindo para o desenvolvimento local sem comprometer a preservação ambiental.

Para regiões que apresentam grande atividade comercial e de serviços, a oferta de cursos EaD em administração de empresas, marketing, gestão de recursos humanos, economia e finanças, entre outros, poderia ser uma estratégia eficaz para o desenvolvimento local. Tais cursos capacitariam os profissionais locais para lidar com os desafios e demandas do mercado de trabalho atual.

A oferta de cursos EaD, que considerem as características e demandas regionais, é uma estratégia promissora para a democratização do acesso à educação e para o desenvolvimento socioeconômico regional. Além disso, essa abordagem contribui para o engajamento dos estudantes, uma vez que o aprendizado se torna mais relevante e contextualizado, possibilitando assim a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Adicionalmente, a personalização dos cursos EaD de acordo com o perfil regional também é um mecanismo poderoso para promover a inclusão e o acesso à educação. Afinal, ao levar em consideração as demandas e as peculiaridades locais, a oferta educacional torna-se mais relevante e atrativa para a população, aumentando assim as chances de engajamento e sucesso acadêmico dos estudantes.

A oferta de cursos EaD deve ser uma prática estratégica, responsiva e adaptativa, que esteja em constante diálogo com o contexto regional, suas necessidades e potencialidades. Desta forma, será possível promover uma educação à distância que seja verdadeiramente eficaz, inclusiva e relevante para o desenvolvimento local.

É necessário promover a integração entre as instituições de ensino superior, as empresas e os órgãos governamentais. A parceria entre esses atores é fundamental para identificar as demandas do mercado de trabalho e desenvolver cursos e programas de formação que atendam às necessidades da região.

Além disso, é importante fomentar a criação de redes de colaboração entre as instituições de ensino, compartilhando recursos e conhecimentos para fortalecer a oferta de cursos de qualidade na modalidade de EaD.

Desse modo, a EaD apresenta desafios e oportunidades para o desenvolvimento do Vale do Ribeira. Superar os desafios relacionados à infraestrutura de internet, capacitação dos professores, inclusão digital e qualidade dos cursos é fundamental para aproveitar plenamente as oportunidades de formação profissionalizante, fortalecimento do turismo e diversificação econômica na região. Com investimentos adequados e uma abordagem integrada, a EaD pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira.

4.2 A realidade cultural e econômica do Vale do Ribeira

A cultura do Vale do Ribeira deve ser encarada como um patrimônio a ser valorizado e preservado, pois ela representa a identidade e a história dessa região. A diversidade cultural presente no Vale do Ribeira, influenciada pela presença de comunidades tradicionais, indígenas e imigrantes, é um elemento fundamental para compreender a riqueza socioambiental e as potencialidades dessa região.

A preservação das manifestações culturais do Vale do Ribeira é essencial para fortalecer a identidade local e promover o desenvolvimento sustentável da região. A valorização das tradições, costumes, culinária, artesanato e cerâmica contribui para a geração de renda e emprego para as comunidades tradicionais, além de incentivar o turismo cultural, que pode impulsionar a economia local.

Além disso, a cultura do Vale do Ribeira está intrinsecamente ligada à sua riqueza socioambiental. A presença de Unidades de Conservação e do maior contínuo de Mata Atlântica do país influencia as tradições ligadas ao uso sustentável dos recursos naturais, como a pesca artesanal e a agricultura familiar.

Para promover a valorização da cultura do Vale do Ribeira, é importante investir em educação e conscientização. A inclusão da história e das tradições locais nos currículos escolares pode fortalecer a identidade dos estudantes e despertar o interesse pela preservação cultural.

Além disso, é necessário promover ações de capacitação e incentivo ao empreendedorismo cultural. O apoio à formação de artistas, artesãos e produtores culturais locais, bem como a criação de programas de fomento e financiamento, podem estimular a geração de renda a partir das atividades culturais.

A valorização da cultura do Vale do Ribeira é fundamental para preservar a identidade e a história dessa região. A diversidade cultural presente, influenciada por comunidades tradicionais, indígenas e imigrantes, contribui para a riqueza socioambiental e as potencialidades do Vale do Ribeira.

Preservar as manifestações culturais é essencial para fortalecer a identidade local e promover o desenvolvimento sustentável da região. Valorizar as tradições, costumes, culinária, artesanato e cerâmica pode gerar renda e emprego para as comunidades tradicionais, além de impulsionar o turismo cultural.

A educação desempenha um papel importante na valorização da cultura do Vale do Ribeira. Incluir a história e as tradições locais nos currículos escolares fortalece a identidade dos estudantes e desperta o interesse pela preservação cultural. Além disso, parcerias entre instituições educacionais, centros de pesquisa e organizações culturais

podem apoiar a formação de artistas, artesãos e produtores culturais locais, bem como fornece recursos para iniciativas culturais.

É essencial abordar a preservação da cultura do Vale do Ribeira de forma sustentável e inclusiva. Isso inclui respeitar os direitos e a autonomia das comunidades indígenas e quilombolas, promover a conservação ambiental e enfrentar as desigualdades sociais.

A cultura do Vale do Ribeira é um patrimônio valioso que contribui para a identidade, a história e o potencial de desenvolvimento sustentável da região. Ao preservar e promover essa cultura, é possível fortalecer a identidade local, criar oportunidades econômicas e promover a conservação ambiental. É fundamental envolver instituições educacionais, organizações culturais e comunidades locais nesses esforços para garantir uma abordagem sustentável e inclusiva.

A EaD pode ser uma ferramenta vital para integrar o desenvolvimento sustentável na produção agrícola do Vale do Ribeira. Através das graduações e dos cursos superiores de tecnologia, os produtores rurais, agricultores e pecuaristas podem adquirir conhecimentos e habilidades sobre práticas agrícolas sustentáveis, incluindo a produção de alimentos orgânicos e o manejo de pragas e doenças de forma ecologicamente correta.

Para começar, o curso EaD em Agronomia poderia auxiliar com a o desenvolvimento da agricultura orgânica podem ensinar os agricultores a cultivar alimentos sem o uso de pesticidas, conservantes ou hormônios. A formação em agricultura orgânica pode permitir aos agricultores atender à crescente demanda por alimentos naturais e orgânicos, ao mesmo tempo em que reduz o impacto ambiental da agricultura.

Há uma demanda crescente de produtos e, conseqüentemente, de controle de pragas agrícolas. Conforme Adelmo Magalhães de França (2012, p. 03)

podem apostar na venda de produtos agrícolas ou animais com origem certificada e garantida, possibilitando a inserção econômica e social do Vale do Ribeira em um mercado crescente e com grande aceitação de produtos naturais, cuja oferta reduzida de produtos com “selo verde” permite que os preços sejam mais elevados e possam ser traduzidos em renda e empregos para um grande número de famílias ribeirinhas.

A EaD também pode oferecer cursos sobre certificação e comercialização de produtos agrícolas sustentáveis. Estes cursos podem ensinar aos agricultores como obter a certificação orgânica ou de sustentabilidade para seus produtos, bem como, como comercializá-los de forma eficaz. Com a certificação adequada, os agricultores

podem vender seus produtos a preços mais elevados, gerando mais renda para suas famílias e comunidades.

Além disso, a EaD poderia ser uma oportunidade para promover a educação ambiental na região. Considerando que o Vale do Ribeira possui a maior parte da única faixa da Mata Atlântica do Estado de São Paulo, seria importante incluir conteúdos relacionados à preservação ambiental nos cursos oferecidos. Isso poderia conscientizar a população sobre a importância da conservação da Mata Atlântica e estimular práticas sustentáveis na região.

4.3 A realidade social do Vale do Ribeira: em que a EaD pode ajudar?

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador composto por elementos de saúde (esperança de vida ao nascer), educação (alfabetização e escolarização) e renda (Produto Interno Bruto - PIB per capita) de cada município. Gonçalves e Souza²⁴ apresentaram um estudo que analisa e compara o IDH de diferentes municípios do Estado de São Paulo em 1996, com foco na região do Vale do Ribeira. Os autores descobriram que essa região apresentava o menor IDH entre as 13 regiões administrativas do estado.

A análise, feita pelos autores acima referidos, realça a vulnerabilidade social e econômica do Vale do Ribeira. O baixo IDH é reflexo de uma série de fatores interconectados, que vão desde a baixa renda per capita, passando pela dificuldade de acesso à educação de qualidade, até a expectativa de vida reduzida.

O índice aponta para a necessidade urgente de políticas públicas que visem a melhoria das condições de vida da população local. É imprescindível que sejam realizados investimentos em infraestrutura, saúde, educação e promoção de emprego e renda. A educação, em particular, surge como um vetor fundamental para a transformação da realidade local, podendo desempenhar um papel decisivo na superação das desigualdades regionais.

Nesse sentido, a EaD pode ser uma instrumento valiosa para a ampliação do acesso à educação de qualidade na região. Através da EaD, é possível romper barreiras geográficas e oferecer formação para um maior número de pessoas, contribuindo para a elevação do IDH.

Vale ressaltar que a melhoria do IDH também não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas como um meio para garantir a promoção de uma vida digna para todos os habitantes do Vale do Ribeira.

Apesar de alguns municípios apresentarem níveis de saúde e educação similares aos de regiões mais desenvolvidas, a grande disparidade em termos de renda impactava negativamente o IDH. O estudo também mostrou uma forte correlação entre o IDH e a renda. A pobreza, refletida pela baixa renda, foi identificada como a principal razão para o baixo IDH na região. O estudo também observou que a renda na região mais do que dobrou de 1970 a 1980, mas sofreu uma queda acentuada nos anos 90.

O EaD pode aumentar o acesso à educação superior, tornando-a mais acessível para pessoas em áreas mais pobres ou rurais. Além disso, a EaD também pode oferecer

²⁴ GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. Agronegócio no Vale do Ribeira: caracterização da realidade e proposta de intervenção numa região carente. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 39-50, jan. 2001.

educação e treinamento vocacional que poderia ajudar a aumentar a renda e, por consequência, o IDH.

As melhorias no IDH por meio do EaD poderiam ter um efeito positivo na saúde. Um maior nível de educação está frequentemente associado a melhores resultados de saúde, já que as pessoas com mais educação tendem a ter mais conhecimento sobre saúde e têm mais probabilidade de buscar atendimento médico quando necessário.

No entanto, a implementação efetiva da EaD exigiria melhorias na infraestrutura de internet, especialmente em áreas rurais ou pobres. Além disso, seria necessário um investimento em treinamento de professores e desenvolvimento de materiais educacionais adequados para o EaD. Mesmo com esses desafios, a EaD tem o potencial de ser uma ferramenta poderosa para melhorar o IDH em áreas de baixa renda.

No entanto, ao mesmo tempo em que a EaD apresenta uma solução promissora, é fundamental ressaltar que a sua implementação bem-sucedida requer um planejamento cuidadoso e um compromisso profundo com a qualidade educacional. A falta de infraestrutura de internet confiável e acessível em áreas rurais e carentes é um obstáculo significativo que deve ser superado. O acesso limitado à internet de alta velocidade pode dificultar o engajamento dos alunos e comprometer a eficácia do ensino e da aprendizagem.

Outro desafio é o desenvolvimento de materiais didáticos apropriados para o EaD. É essencial que esses materiais sejam culturalmente sensíveis e relevante para o contexto local, para garantir que a educação seja não só acessível, mas também significativa para os alunos. O treinamento dos professores também é crucial, pois eles precisam estar equipados com as habilidades e conhecimentos necessários para ensinar de forma eficaz em um ambiente online.

No entanto, com investimento adequado e uma abordagem focada no aluno, a EaD tem o potencial de trazer mudanças significativas para a região do Vale do Ribeira. Ao abrir novas oportunidades de educação para um maior número de pessoas, pode-se começar a combater a pobreza e a desigualdade que têm impactado negativamente o IDH da região. Além disso, à medida que mais pessoas obtêm acesso a uma educação de qualidade, é provável que isso leve a melhorias nos outros componentes do IDH, como saúde e renda.

Nesse contexto, a EaD surge, portanto, como uma modalidade de ensino capaz de enfrentar a realidade social do Vale do Ribeira. A EaD tem o potencial de proporcionar uma maior inclusão educacional, garantindo a todos os habitantes, independentemente de sua localização geográfica ou condição social, o acesso a um ensino de qualidade.

Finalmente, é importante lembrar que a EaD deve ser parte de um conjunto de políticas públicas educacionais efetivas voltadas para a transformação da realidade social do Vale do Ribeira. A EaD, por si só, não é uma solução mágica, mas sim uma ferramenta que, se utilizada corretamente, pode contribuir significativamente para a promoção de uma vida mais digna e justa para todos os habitantes do Vale do Ribeira.

4.4 A educação superior como ferramenta de avanço social no Vale do Ribeira

A universidade se configura como uma instituição social cujas referências normativas e valorativas são embasadas na sociedade à qual pertence. Esta instituição não só espelha os saberes e as interações sociais, mas também viabiliza uma transformação no modo como enxergamos, compreendemos e produzimos, ultrapassando o imediatismo do presente e lançando um olhar prospectivo, idealizando ações inovadoras.

A universidade, enquanto organização social, é fundamentada por conceitos-chave de administração - planejamento, previsão, controle e sucesso. Portanto, ela não precisa mais questionar sua razão de ser, sua função ou seu papel no contexto da disputa entre classes sociais. A universidade é guiada por sua instrumentalidade, o que significa que ela reconhece a divisão social, econômica e política da sociedade na qual está inserida e, a partir dessa perspectiva, repensa sua função social, suas práticas, legitimidade e atribuições, todos validados pelo reconhecimento público.

Na sociedade capitalista, o acesso ao conhecimento técnico e científico sempre desempenhou um papel crucial, por proporcionar uma vantagem competitiva. O conhecimento se torna um instrumento de destaque para decisões mais efetivas e rentáveis.

O entendimento da diversidade de funções assumidas pela universidade ao longo dos anos é facilitado por uma análise abrangente. Para compreender a universidade, é necessário reconhecer que ela enfrenta um cenário complexo, com desafios impostos tanto pela sociedade quanto pelo Estado. A universidade está cada vez mais pressionada frente às expectativas e demandas de uma sociedade em constante mudança, enquanto as políticas de financiamento tornam-se progressivamente mais restritivas por parte do Estado.

Para lidar com essa tensão dupla, a universidade precisa reavaliar seu percurso e assumir os desafios impostos. Nesse sentido, um projeto voltado à democratização e à emancipação é importante para atender às demandas de uma contemporaneidade marcada principalmente pela exclusão social. As recentes mudanças no sistema de Educação Superior e seus impactos nas universidades demandam uma reorientação e reorganização profundas para que a universidade possa responder de forma criativa e eficaz aos desafios que enfrenta.

Nesse contexto, é importante destacar a relevância da EaD e dos cursos que essa modalidade de ensino oferece. A EaD tem emergido como uma alternativa, principalmente em um mundo cada vez mais digital e interconectado, permitindo que a

universidade atinja uma gama mais ampla de estudantes, independentemente de suas localizações geográficas ou restrições de tempo.

A EaD se alinha perfeitamente com a dinâmica da universidade enquanto organização social. Ela se adapta às mudanças sociais, econômicas e políticas, respondendo com flexibilidade às exigências e necessidades de uma sociedade em constante evolução.

A universidade, nesse cenário, tem o desafio de oferecer cursos à distância que não tenha qualquer dissociação de qualidade ao ensino presencial. Isso inclui a garantia de um currículo bem planejado, a disponibilidade de recursos educacionais apropriados e o suporte adequado ao aluno durante toda a sua jornada de aprendizagem.

A implementação bem-sucedida de cursos EaD requer ainda mais ênfase em gestão, planejamento e controle, além de um foco especial na inclusão e no sucesso do aluno. Para cumprir sua função social de forma efetiva e legítima, a universidade precisa garantir que seus cursos à distância sejam acessíveis, relevantes e de alta qualidade.

Ao mesmo tempo, considerando as restrições de financiamento cada vez mais rigorosas, a EaD oferece uma solução viável. Com custos operacionais potencialmente mais baixos, a EaD pode ser uma maneira eficaz de administrar recursos escassos, ao mesmo tempo em que atende às demandas educacionais da sociedade contemporânea.

Dessa forma, a universidade se encontra em uma posição privilegiada para liderar a transformação educacional necessária, repensando sua trajetória, reorientando suas práticas e assumindo os desafios da educação a distância, tudo isso alinhado a um projeto democratizante e emancipatório.

Ao levar em conta a exclusão social, é essencial que a universidade, em sua missão de produzir e disseminar conhecimento, garanta a acessibilidade e a qualidade de seus cursos à distância, respondendo de forma criativa e eficaz às exigências da sociedade contemporânea.

Considerando a região do Vale do Ribeira, os aspectos culturais, sociais e econômicos específicos desta área podem apresentar tanto desafios quanto oportunidades no contexto da EaD.

O Vale do Ribeira é uma das regiões mais carentes do estado de São Paulo e possui uma baixa densidade populacional. Além disso, é caracterizado pela presença de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, bem como por uma rica biodiversidade, fazendo parte da Reserva da Biosfera do Patrimônio Mundial da Mata Atlântica.

Nesse sentido, o investimento na EaD pode desempenhar um papel interessante na transformação social e econômica desta região. Através da EaD, a universidade tem

a possibilidade de estender seus serviços educacionais à população do Vale do Ribeira, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais e proporcionando um maior acesso ao ensino superior.

O desafio, no entanto, está em levar em conta as particularidades culturais e sociais do Vale do Ribeira na implementação da EaD. É necessário garantir que os cursos à distância sejam inclusivos e respeitem a diversidade cultural local.

Além disso, devem-se considerar as barreiras potenciais ao acesso à educação online na região, tais como a falta de infraestrutura de internet ou a baixa familiaridade com as tecnologias digitais. Nesse sentido, iniciativas para melhorar a conectividade e programas de treinamento em competências digitais podem ser essenciais.

Ao mesmo tempo, a EaD pode ajudar a valorizar e preservar o patrimônio cultural e natural do Vale do Ribeira. Por exemplo, os cursos poderiam incluir conteúdos relacionados à cultura indígena e quilombola, à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável, tal como relatado anteriormente.

Em suma, o Vale do Ribeira representa uma oportunidade única para a EaD expandir sua missão de proporcionar educação de qualidade para todos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. Ao mesmo tempo, apresenta desafios específicos que exigem uma abordagem adaptada e sensível ao contexto local.

Investir na educação a distância pode ser uma maneira eficaz de contribuir para a transformação social e econômica do Vale do Ribeira, proporcionando oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para suas comunidades. No entanto, para que essa visão se torne realidade, é necessário um compromisso claro e contínuo de todas as partes envolvidas, desde a universidade até o governo e a própria comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES

Nessa fase dessa presente dissertação, é mister pensar sobre a importância da discussão acerca da modalidade de ensino à distância na educação superior. O seu desenvolvimento tem sido explícito nos últimos anos e isso é evidenciado em dados divulgados pelo MEC.

Por outro lado, o seu desenvolvimento deve ser encarado com a cautela necessária, pois nem sempre isso é sinal de organização. É necessário ponderar que a EaD deve ser pensada como mais uma possibilidade de ingresso à educação superior e que qualquer visão que tenha, como fulcro, a comparação ou o sopesar das modalidades, é uma visão míope e tacanha, algo absolutamente incompatível com a compreensão científica que se deve ter sobre o assunto.

Ao verificar a EaD como uma modalidade de ensino que pode alcançar os mais longínquos rincões, mediante o acesso à internet, deve-se considerar que esse é um caminho interessante para a democratização do ensino superior. Não é o único e tampouco será aquele que decretará a obtenção final desse direito. É fato que há muito à se desenvolver mas, não restam dúvidas, é importante que se tenham opções possíveis e viáveis.

No início da construção dessa presente dissertação, uma dúvida parou a pesquisa: ora, de qual democracia estamos a tratar? E a resposta é simples: aquela que é possível, que buscamos e que é viável. Do mesmo modo que a visão rasa da democracia, que se vê nos mais simples livros que tratem sobre Teoria Geral do Estado, deve ser ponderada, a visão de que a democratização do ensino superior apenas se dará com a oportunização de um ensino público e gratuito, é do mesmo modo rasa.

O Estado, por uma série de questões limitativas, não possui condições de ofertar ensino superior de modo a alcançar a todos aqueles que não detenham de condições financeiras para obtê-la. Se assim fosse, programas tais como PROUNI e FIES seriam desnecessários. Mas não o são! São importantes e são elementos importantes para a democratização do ensino superior.

Contudo, ao considerarmos a EaD, algumas questões ainda são levantadas, como modo de minorar a eficiência dessa modalidade. A visão de quem ainda está a indagar se a modalidade é viável, nos tempos atuais e a nosso ver, é absolutamente defasada e sua motivação pode estar, ou no desconhecimento acerca do assunto ou pelo conflito de gerações que é imposto àquele que para no tempo e não enxerga que as ciências evoluem e não podem ser visualizadas de modo estático. É fundamental também desmistificar a ideia de que a EaD substituirá necessariamente a modalidade

presencial de ensino. Elas não são excludentes, mas complementares, e cada uma atende a diferentes demandas e necessidades educacionais.

Outra questão importante é acerca do interesse do Banco Mundial para com a EaD. A afirmação de que ela serve apenas aos interesses do Banco Mundial é simplista e redutora. A EaD possui um potencial que transcende as fronteiras de uma única entidade, sendo benéfica para governos, instituições de ensino, alunos e para a inclusão de grupos marginalizados, como é o caso daqueles que cumprem penas em presídios e podem, nos horários concedidos pelas unidades prisionais, estudarem e procederem a remissão de suas penas.

Ao analisar a democracia e a EaD, é crucial não cair na armadilha de considerá-la como uma modalidade perfeita ou que tenha, como escopo, sobrepor-se à educação presencial. É verdade que a EaD traz vantagens, como a flexibilidade e a possibilidade de inclusão educacional, mas também possui falhas que necessitam de atenção.

A discussão sobre a EaD deve ser mais complexa, considerando os diversos interesses em jogo e sua potencial contribuição para uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Enquanto a modalidade presencial oferece experiências únicas e insubstituíveis, a EaD oferece flexibilidade e acessibilidade, especialmente para aqueles que estão geograficamente distantes das instituições de ensino presencial.

No que tange ao Vale do Ribeira, a EaD pode desempenhar um papel importante, mas deve ser aliada a outras iniciativas, como a melhoria da infraestrutura tecnológica e o acesso à internet de qualidade.

Assim, a EaD surge como uma modalidade hábil a mitigar as disparidades educacionais, mas sua efetividade reside na abordagem crítica e estratégica que a acompanha. Além dos investimentos em infraestrutura e a formação de professores, é necessário também avaliar criticamente as políticas e ações, promovendo a democratização do ensino superior e a valorização da educação como um direito social fundamental.

A implementação bem-sucedida da EaD, se acompanhada de esforços colaborativos e integrados, pode ser o motor para o desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira, conduzindo a região para um futuro de prosperidade, justiça e sustentabilidade. Contudo, é crucial reconhecer que a EaD, por si só, não é uma panaceia e seu sucesso dependerá de uma abordagem colaborativa e multifacetada para atender às reais necessidades e os princípios de uma educação de qualidade e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE. PNAD TIC: Internet já é acessível em 90,0% dos domicílios do país em 2021. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021>>. Acesso em 02 out. 2023.
- AMARAL FILHO, Fausto. Presença distante, distância presente: uma reflexão sobre a EaD. In: Educação a Distância (EaD): Reflexões Críticas e Práticas. Uberlândia: Navegando Publicações. 2017.
- ARAÚJO, Caliane Teixeira de. Educação a Distância no Ensino Superior brasileiro: Trajetória e avanços. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 05, pp. 167-181. Junho de 2020. ISSN: 2448- 0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/trajetoria-e-avancos>.
- BARBOSA, Maria Ligia Oliveira. (2019). Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil? Revista de Educação PUC-Campinas, 24(2), 240-253. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0870v24n2a4324>
- BOBBIO, Norberto. Qual democracia? 3 ed. São Paulo: Loyola. 2014
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. São Paulo: Edipro. 2017.
- BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. Disponível em <<https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/ensenanza.pdf>>. Acesso em 11 mar 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Avaliação Externa Virtual in Loco : desafios da implementação e análise dos primeiros resultados. – Brasília, DF : Inep, 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRITO, Gláucia da Silva; DA PURIFICAÇÃO, Ivonélia. Educação e novas tecnologias: um repensar. 2 ed. Curitiba: InterSaberes. 2015.
- DA SILVA, Maria Abádia. Do Projeto Político do Banco Mundial ao Projeto Político-pedagógico da Escola Pública Brasileira. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n.61, p. 283-301. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.
- DE FRANÇA, Adelmo Magalhães. Vale Do Ribeira (SP): Crescimento, Desenvolvimento Econômico Sustentável com Preservação Ambiental Disponível em <https://www5.pucsp.br/eitt/downloads/iv_ciclo/ArtAdelmoFran%C3%A7a.pdf>. Acesso em 28 jul 2023.

DOS SANTOS, Jacimara Vieira. *As Naus e Terra Papagalli: derrisão e ironia na dessacralização da verossimilhança*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Oprimido*. 84 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2022.

FILHO, Manoel Gonçalves F. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Grupo GEN, 2022.

FUNARTE. *Homenagem fotográfica ao Vale do Ribeira toma a forma de livro*. Disponível em <<https://www.gov.br/funarte/pt-br/assuntos/noticias/todas-noticias/homenagem-fotografica-ao-vale-do-ribeira-toma-a-forma-de-livro#:~:text=O%20ecossistema%20%E2%80%9CAbriga%2061%25%20da,regi%C3%A3o%20Patrim%C3%B4nio%20Natural%20da%20Humanidade>>. Acesso em 28 jul. 2023.

GANDIN, Diego. *Poder, participação e escola democrática*. In: FETZNER, Andréa Rosana; MENEZES, Janaína Specht da Silva Menezes. *A quem interessa a democratização da escola? Reflexões sobre a formação de Gestores*. Rio de Janeiro: Libre. 2012.

GONÇALVES, José Sidnei; SOUZA, Sueli Alves Moreira. *Agronegócio no Vale do Ribeira: caracterização da realidade e proposta de intervenção numa região carente*. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 39-50, jan. 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2022.

HOBBSAWN, Eric John. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

JANINE RIBEIRO, RENATO. *Maquiavel e a Democracia*. São Paulo: Ed. SESC.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Exclusão Incluyente e Inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*. In: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. SANFELICE, José Luís. *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 3 ed. Campinas: Autores associados. 2021.

LIBÂNIO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 28 ed. São Paulo: Loyola. 2014.

LEHER, Roberto. *Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do Capitalismo*. Disponível em <<http://outubro.revista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-03.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2023.

MAIA, Carmen; MATTAR, João. *ABC da EaD: A educação a distância hoje*. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

MORAN, José. *Educação híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje*. In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. *Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação*. Porto Alegre: Penso. 2015.

MOORE, Michael. Grahan; KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning. 2011.

MOORE, Michael. Grahan; KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: sistemas de aprendizagem on-line. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: UNESCO, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova Iorque: ONU, 2006.

RAHAL, Robert. Poliarquia. São Paulo: EdUSP. 2022.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê políticas de educação superior: tendências e perspectivas ISSN 1984-6576. E-202131.

SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias Pedagógicas no Brasil. 6 ed. Campinas: Autores Associados. 2022.

SÃO PAULO. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira PDES-VR 2020. Disponível em <<https://pdesvr.ipt.br/wp-content/uploads/sites/6/2022/06/PDES-VR-2020.pdf>>. Acesso em 28 jul 2023.

SÃO PAULO. Observatório de Indicadores na Educação do Vale do Ribeira. Disponível em <https://www.valedofuturo.sp.gov.br/observatorio-de-indicadores/indicadores_educacao.php>. Acesso em 28 jul. 2023.

SÃO PAULO. Indicadores do Mercado de Trabalho. Disponível em <https://www.valedofuturo.sp.gov.br/observatorio-de-indicadores/indicadores_economia_mercado_trabalho.php>. Acesso em 28 jul. 2023.

SEMESP. Mapa do Ensino Superior. Disponível em <<https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/brasil/instituicoes-e-matriculas/>>. Acesso em 02 out 2023.

SCLESENER, Anita Helena. Esta mesa redonda é quadrada”: notas sobre gestão democrática a partir dos escritos de Antonio Gramsci. Curitiba: UTP. 2018.

SCLESENER, Anita Helena. Educação Repressiva: as várias faces da repressão na formação da sociedade. Ponta Grossa: Editora UEPG. 2019.

TORI, Romero. Educação sem Distância. 2 ed. São Paulo: Artesanato Educacional. 2017.

VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel; ARANTES, Valeria Amorim. Educação a Distância: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14a edição Papirus, 2002.

UAB. Boletim Informativo dos Resultados da Pesquisa com os Estudantes do Sistema UAB (2017). Disponível em <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/12012018-Boletim-Informativo-dos-Resultados-Pesquisa-Estudantes-UaB.pptx>>. Acesso em 03 out. 2023.